

SERVIÇOS GRATUITOS: 21ª edição do Governo do Brasil na Rua chega à São Luís

Justiça Eleitoral cassa diplomas de prefeito e vice de Turiaçu

A Justiça Eleitoral voltou a impor uma derrota ao grupo político que comanda o município de Turiaçu. Em sentença proferida no processo nº 0600241-77.2024.6.10.0039, a 39ª Zona Eleitoral julgou procedente uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e determinou a cassação dos diplomas do prefeito Edésio João Cavalcanti e do vice-prefeito Adonilson Alves Rabelo, além da declaração de inelegibilidade de ambos por oito anos.

Governo do MA entrega 22 viaturas e lança Operação Mulher Segura 2026



A iniciativa contempla as Delegacias Especiais da Mulher (DEM) e Patrulhas Maria da Penha (PMP), ampliando a capacidade operacional das forças de segurança e fortalecendo a proteção às mulheres em diversas regiões do estado. Durante a solenidade, Brandão frisou o impacto do investimento para a política estadual de proteção às mulheres e relacionou a presença das forças de segurança nos municípios ao fortalecimento do atendimento especializado às vítimas de violência. O governador destacou a importância da denúncia através dos telefones 180 e 190.



Corregedor-geral da DPE/MA toma posse

Com o compromisso de seguir fortalecendo a atuação institucional e ampliar a garantia de direitos à população vulnerabilizada, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) realizou, nesta segunda-feira (8), a solenidade de posse do corregedor-geral Paulo Costa e dos integrantes da Administração Superior para o biênio 2026-2028. O evento ocorreu na sede da instituição, em São Luís

O despertar da consciência Juventude maranhense enfrenta desafios na política

Ponte do Estreito dos Mosquitos BR-135 terá operação 'Pare e Siga' hoje

DOAR SANGUE É UM ATO QUE PODE SALVAR VIDAS.

Junho Vermelho:

Uma campanha de incentivo à doação de sangue e conscientização sobre a importância de manter os estoques abastecidos.

O IMPARCIAL

ARTIGO

Jornalismo à deriva: o retorno da discussão do diploma

MARCELO SIRKIS

jornalista profissional e estudante do 7º período de Filosofia



A profissão de jornalista tem enfrentado um dos seus maiores desafios: reconquistar a credibilidade em meio ao caos da desinformação. Num

mundo onde todos se proclamam comunicadores nas redes sociais, sem rigor ético ou formação, urge resgatar o diploma e a ética profissional como pilares da verdadeira democratização da comunicação.

A proliferação de fake news e informações apuradas às pressas nas mídias digitais erode a confiança pública – vide o Caso Orelha e tantos outros escândalos. Sem o diploma, que exige estudo de deontologia jornalística, verificação de fontes e responsabilidade civil, qualquer um vira “jornalista”, transformando a Comunicação Social num campo sem rumo. Essa banalização ignora o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que prioriza a verdade factual acima de cliques ou agendas pessoais.

O diploma não é mera formalidade, mas filtro contra o amadorismo: forma profissionais aptos a discernir fatos de opiniões, checar cruzadamente as informações e evitar sensacionalismo. Em Brasília, epicentro de decisões nacionais, jornalistas qualificadas são baluarte contra narrativas falsas.

O agora clama por jornalistas como peças-chave no resgate da verdade: regulando o fluxo informativo, fiscalizando o poder e educando o público. Exigir o diploma é investir na democracia, tornando a Comunicação Social um farol de ética, não um circo de desinformação. Brasil, desperte para essa urgência – o jornalista é o guardião da cidadania.

ARTIGO

O futuro não está na polarização

EDUARDO PEDROSA

deputado distrital (União Brasil)



Existe um erro histórico que a centro-direita brasileira precisa ter a coragem de reconhecer. Durante décadas, enquanto a esquerda disputava universidades, movimentos estudantis, sindicatos, produção cultural, editoras e espaços de formação intelectual, a direita concentrou seus esforços nas eleições, na economia e na gestão pública. A esquerda pensava em décadas. A direita pensava em governos. E, talvez, seja impossível compreender o Brasil de hoje sem entender essa diferença.

A política não começa na urna. Ela começa muito antes, nos lugares onde uma geração aprende a interpretar o mundo. Foi isso que Antonio Gramsci percebeu ao desenvolver o conceito de hegemonia cultural. Quem influencia a educação, a cultura e os formadores de opinião influencia a forma como a sociedade pensa. E

quem influencia a forma como a sociedade pensa acaba, inevitavelmente, influenciando a política.

Essa percepção não foi exclusiva de Gramsci. Ao longo do século 20, diferentes correntes políticas compreenderam a importância estratégica da disputa de narrativas, da formação de lideranças e do controle sobre os espaços de produção intelectual. Durante a Guerra Fria, a própria KGB investiu em operações de influência e disputa de narrativas no exterior.

O que aconteceu no Brasil, porém, não foi fruto de nenhuma conspiração. Foi algo mais simples e mais poderoso: ideias viajaram. Intelectuais brasileiros estudaram na Europa, entraram em contato com Gramsci, Foucault e diversas correntes críticas do pensamento ocidental, e trouxeram essas referências para as universidades, os sindicatos, os movimentos sociais e a burocracia estatal.

Parte da esquerda compreendeu a importância estratégica desses espaços e investiu na formação de professores, pesquisadores, lideranças estudantis e intelectuais. A direita acreditou que crescimento econômico e bons governos seriam suficientes para sustentar suas ideias. Não foram.

O resultado mais visível dessa assimetria talvez seja a própria polarização que paralisa o país. Deixamos de discutir produtividade, inovação, educação, competitividade, ciência e desenvolvimento para nos consumir em guerras culturais intermináveis. A esquerda vê fascistas em todo lugar. A direita vê comunistas em todo lugar. E o Brasil fica parado no meio.

As redes sociais ampliaram o acesso a ideias e criaram espaços de debate. Mas vídeos curtos e conteúdos virais não constroem transformações

duradoras. As grandes mudanças culturais da história foram forjadas em livros, universidades, centros de pesquisa e ambientes permanentes de produção de conhecimento.

Se a centro-direita quiser construir algo que sobreviva ao próximo ciclo eleitoral, precisará voltar a disputar esse terreno. Não para substituir uma hegemonia de esquerda por uma hegemonia de direita, mas para reconstruir o pluralismo que deveria ser a essência da universidade. Uma universidade saudável é aquela onde Gramsci e Thomas Sowell possam ser estudados, debatidos e criticados lado a lado. Onde diferentes visões de mundo coexistam sem que nenhuma delas seja tratada como moralmente superior às demais. O objetivo da educação não é produzir militantes. É produzir cidadãos capazes de pensar.

Essa questão tem consequências que vão muito além da política. Enquanto o Brasil exporta madeira, minério e soja, os países mais desenvolvidos nos vendem tecnologia, patentes, software e máquinas. Exportamos matéria-prima; eles capturam o valor. Mudar essa equação exige uma sociedade capaz de gerar conhecimento, e isso começa pela qualidade e pelo pluralismo da nossa formação intelectual.

O futuro não está na polarização. Está na capacidade de formar uma sociedade intelectualmente livre, capaz de debater sem cancelar, discordar sem destruir e competir sem transformar adversários em inimigos.

A grande disputa do século 21 não será vencida por partidos. Será vencida pelas sociedades que conseguirem formar melhor suas próximas gerações. Essa é uma tarefa que não pertence à esquerda nem à direita. Pertence ao Brasil.

ARTIGO

PIX novamente sob ataque

DÃO REAL PEREIRA DOS SANTOS

presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal)

Há cerca de um ano e meio, o Pix sofria seu primeiro ataque massivo. Uma enxurrada de fake news, liderada pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), fez milhares de brasileiros acreditarem que seriam tributados em suas movimentações financeiras. As consequências desse episódio tiveram reflexo imediato na economia real, impulsionando o governo federal a adiar em sete meses a implementação de uma Instrução Normativa da Receita Federal essencial no combate ao crime organizado e que nada tinha a ver com qualquer taxaço do Pix. Essa normativa apenas amplia para fintechs obrigações de prestação de informações que já tem sido exigida dos bancos tradicionais e que fortalece mecanismos de rastreamento de operações utilizadas em esquemas de lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial.

Agora, o governo norte-americano, por meio do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), afirma que o Banco Central do Brasil teria criado uma situação de concorrência desleal ao desenvolver, operar e regular o sistema, supostamente prejudicando empresas norte-americanas de pagamentos eletrônicos. Ou seja, um governo estrangeiro ataca de forma explícita o Pix para proteger interesses privados de seu país. Embora tenham origens distintas, ambos os episódios revelam o mesmo fenômeno: a tentativa de atacar uma política pública que transformou e facilitou a forma como os brasileiros movimentam o seu dinheiro.

O argumento do governo norte-americano parte de uma premissa de mercado que em nada se encaixa no caso brasileiro. O Pix é apenas uma solução pública para pagamentos e movimentações financeiras e não constitui uma empresa estatal disputando clientes com empresas privadas. Trata-se de uma infraestrutura pública de pagamentos. O que o tornou um fenômeno popular, utilizado por 170 milhões de pessoas, é o fato de que é barato, instantâneo e acessível para toda a população. Vale ressaltar que o Pix, antes de mais nada, é uma política pública de inovação, desenvolvida por servidores públicos — ou seja, pelo Estado brasileiro. Em nada impede a competitividade de bancos, fintechs ou aplicativos; pelo contrário, ele promove a democratização financeira da população. Desde a sua chegada, estima-se que o meio de pagamento foi responsável pela inclusão de 49 milhões de pessoas no sistema financeiro, permitindo que eles acessem serviços bancários tradicionais.

O Pix movimentou R\$ 26,4 trilhões em 2024, o equivalente a quase duas vezes o produto interno bruto (PIB) do Brasil naquele ano. Pode-se afirmar que se trata de uma das políticas públicas de maior alcance já criadas no país, que facilita processos e está integrada no dia a dia da população e nos processos da administração pública. Hoje, contribuintes que informam chave Pix vinculada ao CPF recebem prioridade na restituição do Imposto de Renda (IR). O maior lote de restituição da história do país, destinado a 8,7 milhões de contribuintes, utilizou esse mecanismo para tornar os pagamentos mais rápidos e eficientes.

Ou seja, o Pix passou a fazer parte do financiamento estatal. Seu sucesso técnico foi tamanho que, em pouco tempo de existência, já foi incorporado ao aparato burocrático do Estado, facilitando o pagamento e o recebimento de impostos que, posteriormente, se tornam políticas públicas, como saúde, educação e benefícios sociais.

Talvez, o incômodo norte-americano revele uma dificuldade de adaptação e de conhecimento da realidade brasileira. Em um país em que a renda média da população é de pouco mais de R\$ 3 mil mensais, faz todo o sentido priorizar a redução de custos referente aos meios de pagamento. O Pix demonstrou que é possível construir uma alternativa mais simples e gratuita. Por isso, mudou a realidade de milhões de brasileiros e se transformou em um verdadeiro patrimônio nacional. Atacar o Pix é, em certa medida, como atacar o Sistema Único de Saúde (SUS), as universidades públicas ou outras políticas de interesse coletivo, em favor dos interesses do mercado financeiro internacional.

MULHER SEGURA 2026

Carlos Brandão entrega viaturas e lança operação

Novas viaturas destinadas às Delegacias da Mulher e às Patrulhas Maria da Penha ampliam a capacidade de atendimento e reforçam a rede de proteção às mulheres

O governador Carlos Brandão entregou nesta segunda-feira (8), em São Luís, 22 novas viaturas destinadas ao fortalecimento da rede estadual de enfrentamento à violência contra a mulher e lançou oficialmente a Operação Mulher Segura 2026 no Maranhão. A iniciativa contempla as Delegacias Especiais da Mulher (DEM) e Patrulhas Maria da Penha (PMP), ampliando a capacidade operacional das forças de segurança e fortalecendo a proteção às mulheres em diversas regiões do estado.

Durante a solenidade, Brandão frisou o impacto do investimento para a política estadual de proteção às mulheres e relacionou a presença das forças de segurança nos municípios ao fortalecimento do atendimento especializado às vítimas de violência. O governador destacou a importância da denúncia através dos telefones 180 e 190. “Temos fortalecido as Patrulhas Maria da Penha. Quando assumimos o governo eram oito e hoje são 25. To-



GOVERNADOR ENTREGOU VIATURAS AOS REPRESENTANTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

dos esses investimentos que estamos fazendo estão reduzindo os feminicídios e aumentando a proteção contra a violência. Também aumentamos as Casas da Mulher Maranhense, tínhamos uma em Imperatriz e hoje temos sete e vamos continuar ampliando, pois o nosso projeto é ter Casa da Mulher Maranhense em todas as regiões, que serão 18. Na Casa da Mulher Maranhense temos a presença da Polícia Civil, do Ministério Público, do

Poder Judiciário, enfim, de todos os elementos necessários para a proteção da mulher”, pontuou.

A ação integra um dos eixos prioritários da gestão estadual na área da Segurança Pública. Das 22 viaturas entregues, 10 serão destinadas às Delegacias Especiais da Mulher e 12 às Patrulhas Maria da Penha, beneficiando municípios.

Combate à violência contra a mulher no estado

As novas viaturas para as Delegacias Especiais da Mulher atenderão aos municípios de Timon, Itapecuru-Mirim, Chapadinha, Viana, São José de Ribamar, Balsas, Presidente Dutra, Barra do Corda, Porto Franco e Caxias.

Já as Patrulhas Maria da Penha serão reforçadas nos municípios de Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, São Luís, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Pinheiro, Timon, Presidente Dutra e Santa Inês.

“Essa entrega de hoje é um grande marco de combate à violência contra a mulher e representa o avanço do Governo do Estado para combater essa crueldade. Nesses primeiros meses do ano tivemos uma redução significativa nos casos e isso mostra que estamos no caminho certo, trabalhando de forma integrada para combater os feminicídios e a violência contra a mulher. Lembrando que essa é a maior entrega de viaturas já feita para esse serviço no Maranhão”, destacou a secretária de Estado da Segurança Pública, coronel Augusta Andrade.

As viaturas entregues contam com o chamado ‘xadrez’, que é o compartimento na parte traseira do veículo, com grades e ventilação, para o transporte seguro e isolado de indivíduos detidos em flagrante ou sob custódia até a delegacia. Esse modelo é essencial nos atendimentos da Patrulha Maria da Penha para que vítima e agressor não sejam obrigados a ter contato durante o deslocamento.

A entrega dos veículos se soma à estrutura especializada já existente no Maranhão, composta por 22 Delegacias Especiais da Mulher, 15 Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher, 25 Patrulhas Maria da Penha e atuação das PMPs em aproximada-

mente 80 municípios.

Operação Mulher Segura

Durante o evento, também foi lançada a segunda edição da Operação Mulher Segura no Maranhão. Essa é uma iniciativa do Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJSP), e está alinhada ao Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio.

A Operação Mulher Segura será executada entre junho e dezembro em sete fases operacionais e prevê o cumprimento de mandados de prisão relacionados à violência doméstica e familiar, fiscalização de medidas protetivas de urgência, acompanhamento de mulheres em situação de risco, ações das Patrulhas Maria da Penha e atividades educativas e preventivas.

“A entrega das viaturas e o lançamento dessa campanha é para que tenhamos uma polícia fortalecida e bem estruturada com equipamentos novos e adequados para investigações, prisões e todas as outras diligências necessárias para um enfrentamento eficiente dessas violências que tanto aterrorizam a vida das mulheres”, ressaltou a coordenadora estadual das Delegacias da Mulher, delegada Kazumi Tanaka.

O delegado-geral da Polícia Civil, Augusto Barros, também destacou a entrega dos veículos como um importante reforço tanto para a Operação Mulher Segura quanto para as demais atividades de proteção às mulheres.

“É de extrema importância o recebimento de tantas viaturas para a Polícia Civil do Estado do Maranhão e com estes veículos as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher

conseguirão atender melhor todas as ocorrências com mais celeridade. Vamos entregar um serviço de mais qualidade e atender melhor às vítimas de violência de gênero e demais pessoas que procurarem o serviço de polícia judiciária em todo o estado”, observou.

Redução de indicadores

Os investimentos ocorrem em um cenário de redução dos indicadores de feminicídio no estado. Entre janeiro e maio de 2026, o Maranhão registrou 16 casos, contra 24 ocorrências no mesmo período de 2025, o que representa uma redução de 33,3%. No mesmo intervalo, 16 acusados de feminicídio foram presos pelas forças de segurança.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Wallace Amorim, lembrou que em nove anos de atividades da Patrulha Maria da Penha, mais de 130 mil mulheres já foram assistidas e que o serviço de proteção se mostrou efetivo, garantindo a vida das beneficiárias atendidas. Ele destacou também que os investimentos fortalecem o serviço especializado e contribuem para o bom desempenho da corporação.

“Este é um governo que coloca em primeiro plano a defesa da mulher, não só na Região Metropolitana, mas também nos demais municípios. As viaturas dão um suporte muito grande porque nos municípios a maioria dos atendimentos não ocorre na sede, mas em povoados na zona rural. É um governo municipalista que chega a todas as regiões. A corporação está cada vez mais forte e presente em todos os 217 municípios”, afirmou o comandante-geral da Polícia Militar

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



A incrível trajetória turbulenta entre PT e MDB no Maranhão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ter dois palanques no Maranhão na tentativa de conquistar o 4º mandato no Palácio do Planalto. O fato inusitado tem um histórico de convivência entre PT e MDB no mais autêntico estilo tapas beijos. O primeiro palanque é o do petista Felipe Camarão, vice-governador, e o segundo, o do ex-secretário de Assuntos Municipais Orleans Brandão (MDB). Os dois candidatos ao Palácio dos Leões são frutos do racha no antigo grupo que Flávio Dino liderou entre 2014 e 2022 e hoje com Carlos Brandão agindo de um lado e Camarão, de outro. Por incrível que pareça, ele lidera a oposição estadual pelo partido que tem maioria esmagadora dentro do governo brandonista.

Desde sua primeira eleição vitoriosa em 2002, a relação política de Lula com o Maranhão tem sido carregada de turbulências, desavenças ideológicas e camaradagens. Naquele ano, Roseana Sarney renunciou o governo para disputar a presidência da República e deixou o vice José Reinaldo no cargo. Acabou atropelada pelo caso Lunus em que a Polícia Federal realizou barulhenta operação na empresa do marido de Roseana e ela desistiu da corrida ao Planalto. O presidente era FHC e seu candidato José Serra, com o qual Roseana aparecia emparelhada nas pesquisas. A operação da PF teria sido ordenada no Planalto.

Os líderes do PFL de Roseana acabaram apoiando José Serra, e o clã Sarney, o petista Lula da Silva que, após ser eleito colocou a senadora maranhense como uma das principais líderes de seu governo no Senado Federal. Em 2006, a executiva estadual do PT decidiu optar por Jackson Lago (PDT) no segundo turno, concorrente de Roseana Sarney, e Lula declara apoio à pefelista, gesto que o PT considerou um “constrangimento”, por ser o principal adversário dos Sarney. Mas Jackson derrotou Roseana, apoiado pelo governador José Reinaldo, rompido com Sarney. Jackson é cassado em 2009 no TSE e Roseana cumpre o 3º mandato.

Naquele eleição, Lula declarou apoio a “companheira” Roseana em “pagamento” ao que José Sarney fez pelo seu governo como presidente do Congresso Nacional. Em 2010, Dilma Rousseff e Roseana Sarney foram aliadas na campanha de reeleição de ambas, com Lula no exercício do mandato. No Maranhão, Roseana vinculou sua campanha à imagem de Dilma, formando uma aliança de palanque onde o nome da petista era massivamente promovido. Em 2014, o PCdoB de Flávio Dino derrotou o sarneísmo e apoiou o segundo turno da reeleição de Dilma Rousseff (PT), contrariando o 1º turno, quando os pecebistas estavam no palanque de Aécio Neves (PSDB), então partido do vice-governador Carlos Brandão.

Na eleição de 2018, o PT de Fernando Haddad e o PCdoB de Flávio Dino marcharam juntos no Maranhão na coligação “Todos pelo Maranhão”, que garantiu a reeleição do governador no primeiro turno e ocorreu a derrota do petista para Jair Bolsonaro que manteve um governo de ruptura e chacotas conta o “comunista” maranhense. Em 2022, Dino, candidato ao Senado e Brandão ao governo, ambos no PSB, venceram totalmente alinhados ao PT no primeiro turno. Mas a aliança de centro-esquerda no Maranhão só resistiu até 2023, embora Brandão e Lula mantenham diálogo meio atravessado até esta fase da pré-campanha.

Em 2026, a história entre o PT de Lula e Felipe Camarão com o MDB dos Sarney e dos Brandão será contada com outro enredo, formatado na antiga da política e atualizado nas regras atuais, bem distantes daquelas de 24 anos atrás. Dino virou ministro do STF; Lula quer conquistar o histórico quarto mandato; Jackson Lago morreu em 2011; Sarney está com 96 e vivenciando a política; Roseana pensando no Senado; o PCdoB voltando às origens com Márcio Jerry; o PSB na oposição ao governo dos Brandão; e o PT novamente dividido, chegando à campanha com o candidato próprio Felipe Camarão e a maioria batendo ponto no governo Brandão que luta para eleger Orleans, presidente regional do MDB.

BIÊNIO 2026-2028

Corregedor-geral da DPE/MA toma posse

Nova etapa da Defensoria será pautada pela modernização institucional, ampliação da presença no interior do estado e fortalecimento da defesa dos direitos da população

Com o compromisso de seguir fortalecendo a atuação institucional e ampliar a garantia de direitos à população vulnerabilizada, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) realizou, nesta segunda-feira (8), a solenidade de posse do corregedor-geral e dos integrantes da Administração Superior para o biênio 2026-2028. O evento ocorreu na sede da instituição, em São Luís.

A cerimônia reuniu defensoras e defensores públicos, servidores, colaboradores e convidados, marcando o início de uma nova etapa da gestão institucional, que seguirá pautada na expansão, interiorização e modernização da Defensoria e na promoção dos direitos da população maranhense em situação de vulnerabilidade.

A posse coletiva foi presidida pela defensora-geral Cristiane Marques, conduzida ao cargo em solenidade realizada no dia 3 de junho. Ela assinou o termo de posse dos defensores públicos que assumem pelos próximos

dois anos como: corregedor-geral Paulo Costa; 1ª subdefensora pública-geral Elaine Barros; 2º subdefensor público-geral Diego Oliveira; o diretor-geral Luís Otavio Moraes; a 1ª auxiliar da Defensoria Geral, Camila Bonfim; a 2ª auxiliar da Defensoria Geral, Isabela Bacelar; o auxiliar da Corregedoria Geral, Rairom Laurindo; o diretor de Assuntos Institucionais e Estratégicos, Gabriel Furtado; a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, Maiele Moraes; o chefe da Central de Relacionamento com o Cidadão, Vinícius Goulart; e a coordenadora do Núcleo de Atendimento da Família, Ádia Ataíde.

Em seu pronunciamento, a defensora pública-geral destacou a importância da atuação integrada da Administração Superior para o fortalecimento institucional e para a implementação de iniciativas voltadas à garantia de direitos da população maranhense. “Na semana passada tivemos a minha posse como defensora pública-geral do Maranhão e hoje empos-

samos a equipe que vai trabalhar comigo nos próximos dois anos fazendo com que a Defensoria avance ainda mais. É a continuidade de um trabalho, mas também trazemos novas peças para compor esse tabuleiro, para pintar o Maranhão de Verde, para que a gente consiga levar mais acesso a direitos e cidadania para todo o povo do Maranhão”, ressaltou Cristiane Marques.



TURIAÇU

Justiça Eleitoral cassa diplomas de prefeito e vice

A Justiça Eleitoral voltou a impor uma derrota ao grupo político que comanda o município de Turiaçu. Em sentença proferida no processo nº 0600241-77.2024.6.10.0039, a 39ª Zona Eleitoral julgou procedente uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e determinou a cassação dos diplomas do prefeito Edésio João Cavalcanti e do vice-prefeito Adonilson Alves Rabelo, além da declaração de inelegibilidade de ambos por oito anos.

A decisão, assinada pelo juiz eleitoral Jacqueson Ferreira Alves dos Santos, também atingiu Carla Patrícia dos Santos Cunha e Bianca Gonçalves Castro, que tiveram os diplomas cassados e foram declaradas inelegíveis pelo mesmo período. O magistrado ainda aplicou multas aos investigados e determinou a comunicação da sentença ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), para adoção das providências necessárias visando à realização de novas eleições majoritárias no município, após o esgotamento dos recursos cabíveis.

A condenação representa mais um revés judicial para a atual gestão municipal. Esta é a segunda decisão da Justiça Eleitoral que determina a cassação da chapa formada por Edésio Cavalcanti e Adonilson Rabelo, ampliando o cenário de insegurança jurídica em torno da administração e elevando a expectativa sobre os desdobramentos políticos no município.

A ação foi ajuizada pela Coligação Pela Liberdade de Turiaçu, composta por PSB, PL, União Brasil e Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV). A coligação acusou os investigados de

prática de condutas vedadas pela legislação eleitoral, abuso de poder político e abuso de poder econômico durante o processo eleitoral de 2024.

O principal foco da investigação foi a distribuição gratuita de peixes realizada durante a Semana Santa de 2024. Segundo a ação, a iniciativa teria sido custeada com recursos públicos e utilizada para promover politicamente os envolvidos em pleno ano eleitoral, comprometendo a igualdade de condições entre os candidatos que disputavam o pleito municipal.

Distribuição de pescados com dinheiro público

Na sentença, a Justiça Eleitoral reconheceu que a distribuição dos pescados ocorreu com utilização de recursos públicos e destacou que não houve comprovação da existência de programa social criado por lei específica, requisito exigido pela legislação eleitoral para a distribuição gratuita de bens em ano de eleição. O magistrado ressaltou que a simples previsão orçamentária não supre a necessidade de autorização legal específica para a execução da ação.

Outro aspecto considerado relevante foi a vinculação da iniciativa à imagem do então prefeito Edésio Cavalcanti. De acordo com a decisão, as provas reunidas no processo indicam que a distribuição dos peixes foi utilizada de forma promocional, associando o benefício concedido à figura do gestor municipal e produzindo potencial impacto na disputa eleitoral.

A sentença também destacou a evolução dos gastos públicos destinados à aquisição de pescado ao longo

dos últimos anos. Conforme os documentos analisados, o município contratou R\$ 17.150,00 em peixes em 2021. Em 2023, o valor saltou para R\$ 194.287,50 e, no ano eleitoral de 2024, chegou a R\$ 546.630,00. Para o juiz, o aumento expressivo dos investimentos justamente no período eleitoral reforça a gravidade da conduta apontada e evidencia sua capacidade de influenciar o ambiente político local.

No entendimento da Justiça Eleitoral, Carla Patrícia dos Santos Cunha e Bianca Gonçalves Castro também tiveram participação direta na execução da distribuição dos peixes em diversas comunidades do município. A decisão concluiu que ambas se beneficiaram da exposição gerada pela ação assistencial para promover suas imagens junto ao eleitorado, motivo pelo qual foram igualmente responsabilizadas pelas irregularidades reconhecidas no processo.

Além da cassação dos diplomas e da declaração de inelegibilidade por oito anos dos quatro investigados, a sentença prevê a realização de novas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito após o trânsito em julgado da decisão. O magistrado também determinou a retotalização dos votos das eleições proporcionais, com a exclusão dos votos atribuídos às candidatas condenadas.

A decisão acrescenta mais um capítulo à série de disputas judiciais envolvendo a administração municipal de Turiaçu e mantém o cenário político local sob forte expectativa quanto aos próximos desdobramentos na Justiça Eleitoral.



Agora os cubanos

Com a crise imigratória ainda latente na Venezuela – são em média 300 venezuelanos entrando legal e ilegalmente no Estado por dia, Roraima agora se vê destino forte de cubanos fugitivos do regime dos Castro no Caribe. Eles chegam por trilhas nas florestas e trazidos por “coiotes”, longe da fiscalização do Exército na Operação Acolhida, na fronteira. Esses “coiotes” cobram até US\$ 1.000 por cabeça (perto de R\$ 5.600) apenas para atravessá-los como guias. Uma vez em solo brasileiro, motoristas de vans e picapes cobram para levar os grupos de Pacaraima para a capital Boa Vista. Alguns ficam ali e conseguem emprego, ou não. Mas muitos ainda seguem Brasil adentro até acharem emprego ou assistência. Os coiotes continuam a agir diariamente assim com venezuelanos e cubanos, e virou um grande negócio ilegal em Roraima.

Lobby no TJBA

A advogada Ana Patrícia Leão tem um grande apoiador para a vaga de desembargadora pelo Quinto Constitucional, do Tribunal de Justiça da Bahia. Trata-se do influente desembargador José Aras do TJ de lá. De acordo com o “Vero Notícias”, Aras articula nos bastidores pela candidatura dela. Ana foi advogada do Banco Master junto com Eugênio Kruschewsky, que recebeu R\$ 54 milhões de Daniel Vorcado. Questionada pela Coluna, a advogada até hoje não respondeu que peças fez e quanto ganhou.

IPTU assustador

Comerciantes, empresários e moradores de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, estão assustados com aumento exorbitante na taxa do IPTU de 2026. Em alguns casos, o acréscimo chega a variar entre 164% e 198%. Logistas e comerciantes de shoppings estão muito preocupados com os valores cobrados. Procurada pela reportagem, a assessoria da Prefeitura não respondeu demanda sobre o tema.

Contradições

Mais de 30 instituições brasileiras, investidoras do Santander, receberam carta aberta de organizações ambientais com denúncias de greenwashing. Enviado pelo Instituto Internacional Arayara, o documento aponta que o banco financia empresas e projetos ligados a petróleo, gás, infraestrutura fóssil e termelétricas, enquanto divulga metas climáticas e compromissos públicos com ESG, transição energética e sustentabilidade.

Vacina na Copa

Especialistas alertam brasileiros que irão à Copa FIFA nos EUA, México e Canadá para atualizarem a carteira de vacinação. Sarampo, coqueluche e febre amarela voltaram a circular em diversos países, aumentando o risco de contaminação. A infectologista Rosana Richtmann (Lab. Exame) reforça que a tríplice viral, influenza, COVID-19 e hepatite A, é essencial para quem quer acompanhar o torneio na América do Norte.

Casa de chá

Com menos de dois anos desde a sua inauguração, a Casa de Chá de Brasília, na Praça dos Três Poderes, já é um sucesso de público nacional e internacional. Segundo registros do Senac-DF, mantenedor da Casa, mais de 300 mil pessoas já visitaram o estabelecimento, entre turistas, brasilienses e autoridades. O local é muito frequentado por congressistas e ministros do judiciário.

ESPLANADEIRA

#ATP lançou Prêmio ATP 2026 nas categorias Sustentabilidade, Impacto Social e Inovação. #Art for Pets arrecadou fundos para 500 castrações de cães e gatos do Instituto Caramelo. #Dia dos Namorados TIM tem Ana Paula Renault e PlayStation 5 a partir de R\$ 1.899. Hospital Brasília Águas Claras inaugura centro integrado para infarto, AVC e vascular. #Usuários 99 crescem 15% em 1 ano, passando de 60 mi. #Francis atualiza linha Clássico com nova identidade visual e fragrâncias. #Advogados Daniel Kalansky e João Gabriel Volasco lançam livro “Investimentos em Special Situations” (Ed. Migalhas).

MARANHÃO

Juventude enfrenta desafios na política

Se por um lado há o desgaste com práticas tradicionais, por outro, cresce a consciência de que a transformação social e econômica do território passa por diversas dinâmicas

MARLAN LEVI
Especial para O Imparcial

Marcado por riquezas culturais e históricas, o Maranhão enfrenta o desafio estrutural de superar desigualdades socioeconômicas crônicas. No centro desse mecanismo, emerge um fator fundamental: a juventude. Se por um lado há o desgaste com práticas tradicionais, por outro, cresce a consciência de que a transformação social e econômica do território passa por diversas dinâmicas.

Para compreender como essa engrenagem funciona na prática, ouvimos duas lideranças que vivenciam a política maranhense sob diferentes perspectivas: Gleide Daniela de Jesus Costa, de 32 anos — assistente social, servidora pública, primeira suplente de vereadora em Alcântara e atual Secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial —, e Allan Pereira, de 20 anos — Agente Territorial do Plano Juventude Negra Viva, Consultor da

ONU e Conselheiro Estadual de Juventude do Maranhão, cria do Quilombo Liberdade, em São Luís.

O despertar da consciência

Para ambos os entrevistados, o ingresso na política não nasceu de uma ambição pessoal ou de um planejamento de carreira, mas sim do eco das dores de suas realidades. Gleide Daniela relata que seu despertar ocorreu por meio de sua atuação profissional. “Ser política não foi um projeto pessoal inicial, foi um chamado construído a partir da minha atuação. Quando você trabalha diretamente com a população, escuta dores reais, constrói soluções e viabiliza direitos, começa a perceber que também precisa estar onde as decisões são tomadas”, explica Gleide.

Essa percepção de que a vivência comunitária precisa de eco nos espaços de decisão é compartilhada por Allan Pereira. Sua trajetória começou aos 15 anos, no auge da pandemia de COVID-19, ao presenciar o desmonte

de direitos básicos de saúde e assistência em sua comunidade. “Comecei a estudar a história do meu território, o Quilombo Liberdade. A identificação completa pelo território me fez querer lutar por um dia melhor na comunidade e na escola, entender que nossas dores precisavam de um jovem para falar o que outros tinham medo”, pontua Allan.



Allan Pereira, de 20 anos, é consultor da ONU e nascido no Quilombo da Liberdade

Papel que o jovem desempenha nos partidos

Uma das principais reflexões provocadas pelos entrevistados diz respeito ao papel que o jovem desempenha nos partidos e governos atuais. Existe uma linha tênue entre a inclusão genuína e a utilização estética da juventude. Gleide avalia que os jovens estão mais preparados e críticos, rejeitando não a democracia, mas a forma como ela é conduzida. Contudo, aponta um gargalo estrutural. “Ainda somos chamados para representar renovação estética, mas não necessariamente para participar das decisões estratégicas. Essa atual situação exige compromisso e responsabilidade de nós, jovens, dispostos a mudar a realidade”.

pla. Para o jovem da periferia, a militância muitas vezes esbarra na urgência da sobrevivência. “O jovem não tem tempo para engajar em lutas pois precisa trabalhar e estudar, e se torna um fardo. Enquanto o jovem tiver que trabalhar para ter que pagar até a passagem para estudar, não teremos o acesso pleno ao direito político e social”, desabafa.

O jovem não tem tempo para engajar em lutas pois precisa trabalhar e estudar, e se torna um fardo. Enquanto o jovem tiver que trabalhar para ter que pagar até a passagem para estudar, não teremos o acesso pleno ao direito político e social

O Coronelismo invisível e o peso do “sobrenome”

O cenário político maranhense, historicamente moldado pelo poder de grupos tradicionais e oligarquias familiares, impõe barreiras extras para quem tenta renovar o sistema de forma independente. Allan ressalta o peso da desigualdade de oportunida-

des dentro do próprio universo político. “O Maranhão é um estado que politicamente sempre foi fechado em grupos e até famílias. Para um jovem sem sobrenome ou apoio conhecido de político, é cinco vezes mais difícil. Nós, para termos um local de fala, precisamos estudar e trabalhar muito mais, enquanto o filho do político é nomeado a um cargo alto”.

O Maranhão é um estado que politicamente sempre foi fechado em grupos e até famílias. Para um jovem sem sobrenome ou apoio conhecido de político, é cinco vezes mais difícil

Gleide Daniela aponta que o maior desafio estrutural é o enfrentamento cultural à herança do coronelismo e à lógica clientelista que ainda resiste no interior e nas periferias. “O que mais me marcou foi lidar com a velha prática política baseada na troca de favores e benefícios por voto. Isso sempre me doeu, porque acredito em política como direito, não como barganha. Um dos maiores desafios é encarar esse perfil de eleitor que vivenciou e vivencia a prática do coronelismo, pois não necessitamos de intermediários quando algo já é garantido por lei”.

Quem decide o orçamento?

O tema ganha contornos ainda mais profundos quando os entrevistados desmistificam a ideia de que o atraso social do estado decorre puramente da falta de instrução da população.

Allan é categórico ao afirmar que o problema central reside na concentração do poder de decisão e na destinação das receitas públicas. “Muitos dizem que o atraso social é falta de conhecimento. Eu discordo: é, sobretudo, falta de poder de decisão. Conhecimento importa, mas quem define o orçamento, as prioridades e as políticas públicas é a política. Sem inserção política das periferias, da juventude, das mulheres e do povo trabalhador, os recursos continuam indo para os mesmos lugares de sempre”.

Como exemplo prático de que a ocupação desses espaços gera resultados socioeconômicos reais, Allan cita a criação do Centro de Referência de Juventude em São Luís, uma conquista que saiu do papel graças à pressão da juventude estudantil por meio do Orçamento Participativo, descentralizando investimentos que antes eram restritos a áreas nobres.

Consequentemente, a educação e a conscientização de base surgem como o único caminho para romper esse ciclo. Gleide Daniela enfatiza o papel transformador do ambiente acadêmico na formação de um novo perfil de cidadão.

“O acesso ao ensino superior mudou o meu modo de pensar... desenvolvemos senso crítico. Desenvolvendo esse novo perfil, é inevitável os múltiplos questionamentos e assim descartam aqueles discursos vazios de planejamentos e metas políticas”.

O acesso ao ensino superior mudou o meu modo de pensar... desenvolvemos senso crítico. Desenvolvendo esse novo perfil, é inevitável os múltiplos questionamentos e assim descartam aqueles discursos vazios de planejamentos e metas políticas

As conexões do agora

A relação do jovem atual com a política passa, inevitavelmente, pelas telas. As redes sociais se tornaram o novo palanque e a nova praça pública.

Allan lembra que a mobilização digital foi decisiva para conquistas como a pauta do passe livre nas urnas. No entanto, ambos os líderes alertam para os riscos desse ecossistema.

Allan pontua que a internet, embora democratize a produção de conteúdo, gera polarização e bolhas ideológicas esvaziadas de profundidade histórica, onde temas complexos são tratados de forma equivocada. Gleide complementa ao alertar para o perigo da desinformação em massa.

“Se não investimos em política, teremos pessoas votando sem entender o que estão escolhendo, jovens conectados mas vulneráveis à desinformação... Sem investimento na política não há democracia, pois não se trata apenas de votação”.

A análise conjunta das vivências de Gleide Daniela e Allan Pereira deixa uma provocação clara para a sociedade maranhense: a política não é um campo abstrato, ela dita as condições materiais da vida cotidiana. Comer melhor, ter saneamento básico, acessar uma saúde eficiente e ter segurança pública são resultados diretos de escolhas e pressões políticas.

A omissão cobra o seu preço, perpetuando ciclos históricos de pobreza e falta de oportunidades que afetam diretamente a juventude do estado. O caminho para a mudança exige a transição definitiva da juventude do papel de espectadora para o de protagonista das decisões orçamentárias e estratégicas.

Como sintetiza Gleide Daniela em seu chamado à reflexão: “Se você conhece a realidade da sua rua, se você sente as injustiças, se você acredita em direito e não em favor, então a política precisa de você. Se a gente não ocupa com consciência, outros ocupam com interesse, infelizmente”, conclui.



Gleide Daniela de Jesus Costa, de 32 anos, é assistente social

Allan complementa essa visão ao destacar as barreiras materiais que impedem uma participação mais am-

São Luís, quarta-feira, 10 de junho de 2026

PONTE DO ESTREITO DOS MOSQUITOS

BR-135 terá operação 'Pare e Siga' hoje

A intervenção é necessária para a manutenção e o reforço da sinalização horizontal na Ponte do Estreito dos Mosquitos, principal entrada terrestre da capital maranhense

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) realiza a operação "Pare e Siga", na altura do km 24 da BR-135/MA — principal acesso terrestre a São Luís.

A partir das 5h da manhã, desta quarta-feira (10), funcionará no sistema Pare e Siga. A intervenção é neces-

sária para a manutenção e o reforço da sinalização horizontal na Ponte do Estreito dos Mosquitos.

Com previsão de conclusão ao longo do dia, o tráfego no local será alterado para garantir a segurança dos motoristas. A ação visa melhorar a visibilidade da pista, reforçar a orientação viária e prevenir acidentes.

Recomendações aos motoristas:

- Reduzir a velocidade ao se aproximar do trecho;
- Ficar atento à sinalização temporária;
- Respeitar as orientações das equipes operacionais na pista.

SERVIÇOS GRATUITOS

21ª edição do Governo do Brasil na Rua chega à São Luís

A cidade de São Luís recebe, na próxima quinta-feira (11), a 21ª edição do Governo do Brasil na Rua, iniciativa coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) que aproxima os serviços públicos federais da população, ampliando o acesso a direitos, cidadania e inclusão social.

Ao longo do dia, serão ofertados atendimentos e orientações em diversas áreas, reunindo órgãos e instituições parceiras em um único espaço. Entre os serviços disponíveis estarão

negociação de dívidas pelo Desenrola Brasil, atendimento da Caixa Econômica Federal, serviços dos Correios, apoio ao empreendedorismo por meio do Sebrae, atendimentos na área da saúde, serviços do INSS e suporte para criação e recuperação da conta Gov.br.

A ação integra os esforços do Governo Federal para facilitar o acesso da população a políticas públicas e serviços essenciais, especialmente em territórios com maior demanda por atendimento presencial.

Serviço

- Governo do Brasil na Rua – São Luís (MA)
- Data: 11 de junho de 2026 (quinta-feira)
- Horário: das 9h às 17h
- Local: Paróquia São João Calábria – Avenida Principal, s/n, Cidade Operária, São Luís (MA)

Serviços oferecidos:

- Desenrola Brasil
- INSS
- Pé-de-meia
- CadÚnico e outros

ALTO DO CALHAU

Judiciário obriga Prefeitura de São Luís a recuperar área degradada

Sentença do juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís), de 6 de junho, obrigou o Município de São Luís a realizar um Plano de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada (PRAD) para recuperar área de 98.800 metros quadrados, na Rua da Caema, bairro Alto do Calhau, na capital.

Dentre outros serviços, deverão ser executadas obras de engenharia ambiental; retirada e destinação dos restos de material, entulhos e estruturas de concreto deixadas no canteiro de obras e o reflorestamento integral da área degradada.

O Município também deverá pagar indenização por danos morais coletivos e ambientais no valor de R\$ 300 mil, ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos (FEPDD), conforme a Lei nº 7.347/1985.

Hospital Central de Emergência

A decisão judicial acatou pedido do Ministério Público (MP) em Ação Civil Pública fundamentada em inquérito civil que apurou a responsabilidade civil na degradação da área, onde seria construído um "Hospital Central de Emergência", pela Prefeitura Municipal.

Segundo inquérito do MP, em 26 de abril de 2012, a Prefeitura Municipal de São Luís decidiu construir o hospital naquela área, próximo à Avenida Luís Eduardo Magalhães.

Para isso, instalou canteiro de obras, realizou serviços de terraplenagem, removeu a mata nativa, mas depois desistiu da obra.

Com a desistência, o canteiro de obras foi abandonado, sem que fossem tomadas medidas preventivas ou de contenção de terras e drenagem no local. Conforme vistorias da "Blitz Urbana", as obras alteraram a topografia do terreno; geraram um talude sem sustentação, provocando erosões e carreamento de material para os mananciais e Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Calhau.

O Município de São Luís alegou, em sua defesa, "fragilidade ambiental da área e na inadequação do projeto quanto às normas de acessibilidade universal vigentes para o Sistema Único de Saúde".

Reprovação social e administrativa

Na análise do caso, o juiz entendeu que a conduta do Município de São Luís caracteriza "elevada reprovação social e administrativa".

Douglas Martins concluiu que o Município, que deveria ser o principal garantidor e fiscal da proteção ambiental em seu território, iniciou obras de grande impacto físico, promoveu a retirada de vegetação nativa e a alteração topográfica da encosta e, ao decidir pelo cancelamento do hospital, abandonou o terreno exposto aos elementos da natureza, gerando processos erosivos profundos que ameaçam assorear o Rio Calhau. "A inércia prolongada da administração municipal em sanar o problema ambiental, mesmo diante das vistorias de seus próprios órgãos ambientais desde 2013 e de pedidos da Promotoria de Justiça, demonstra descaso com os recursos hídricos urbanos e áreas de proteção ambiental da cidade", declarou o juiz na decisão.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÃO EXTRAJUDICIAL (Online)

LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial, CPF/MF. 288.468.931-15, JUCEG 034, com escritório na Avenida das Palmeiras esquina com Rua Vitória Régia, Quadra 05, Lote 06, Jardim dos Buritis, CEP: 74.923.040 – Aparecida de Goiânia-GO. Fone: (62) 99679 7098 - Credora FIDUCIÁRIA, COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA – SICOOB UNICENTRO BR, CNPJ nº 37.395.399/0001-67, venderá o imóvel abaixo descrito, na forma da Lei 9.514/97 e suas alterações promovidas pela Lei nº 14.711/23, em PRIMEIRO LEILÃO, no dia 24/06/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília-DF), de forma online, através do site: www.leiloesbrasil.com.br. Emitente devedor fiduciante: Pedro Henrique De Sousa, CPF nº 615.322.253-69 e PH3 Comercio De Grãos LTDA, CNPJ nº 33.795.411/0001-70 e como Garantidor fiduciante: PH3 Comercio De Grãos LTDA, CNPJ nº 33.795.411/0001-70, referente a CCB nº 2703685. A venda se dará à vista, sendo a comissão do Leiloeiro no percentual de 5%, despesas com registro, averbações, impostos e desocupação do imóvel de inteira responsabilidade do arrematante. Descrição do imóvel – (LORETO-MA) Imóvel Rural denominado Fazenda Jabuti, situado em LORETO-M, com área de 586,3221 ha, conforme descrito na matrícula nº 3314 do Registro de Imóveis da Serventia Extrajudicial do Ofício Único do Município de Loreto, Estado do Maranhão. O valor para o PRIMEIRO LEILÃO, será no importe de: R\$ 6.721.022,25 (seis milhões, setecentos e vinte um mil, vinte e dois reais e vinte cinco centavos). Não ocorrendo a venda no primeiro leilão, será realizado SEGUNDO LEILÃO no dia 25/06/2026, no mesmo horário do primeiro leilão, pelo valor de: R\$ 5.518.287,07 (cinco milhões, quinhentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e sete reais e sete centavos). Referente ao saldo devedor e em conformidade com o art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei 9.514/97, atualizado monetariamente, acrescido dos encargos contratuais e legais, incluídas ainda custas com intimação, publicação de editais e despesas com o leilão. A venda será feita em caráter "ad corpus", sendo a descrição dos imóveis, retirado da certidão de registro, e, caso haja divergência de metragem e/ou na sua descrição o comprador não terá direito de exigir do vendedor nenhum abatimento no preço referente à arrematação. Estado de ocupação: conforme laudo de avaliação, o imóvel encontra-se ocupado. Eventual desocupação correrá por conta do arrematante, inclusive quanto às providências administrativas e/ou judiciais necessárias. Ações e anotações judiciais/administrativas: Até a data desta publicação, não constam na matrícula ônus ou restrições que impeçam a alienação. Eventuais demandas de averbação/indisponibilidade que possam constar na matrícula não obstam a realização do leilão, permanecendo o bem a ser vendido "ad corpus" e no estado que se encontra. Atendendo o que preconiza o parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514, com redação dada pela Lei 14.711/23, fica assegurado ao devedor fiduciante, até a data do segundo leilão, o direito de preferência para adquirir os imóveis pelo preço correspondente ao valor da dívida e demais encargos que compõem o valor do 2º leilão, inclusive a comissão do leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento). Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar e adquirir "login" e "senha", através do site: www.leiloesbrasil.com.br – fone (62) 3250 1500).

LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR – JUCEG-034



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES (PREGOEIROS)

Despacho Doc no 5947/2026 - CPL São Luís - MA, 09 de junho de 2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO No. 90.037/2026/CPL/PMSL

A Prefeitura de São Luís, por meio da Central Permanente de Licitação, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO No. 90.037/2026/CPL/PMSL, no dia 22/06/2026, às 09h30min, horário de Brasília, através do compras.gov, objetivando o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de 50.000 (cinquenta mil) leite em pó integral de 800 gramas, classificados como gêneros alimentícios, com vista a atender a população carente que se encontra em estado de vulnerabilidade social de extrema pobreza, agravado por problemas sociais de interesse da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar - SEMSA. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1> e/ou no <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. São Luís - MA, 09 de junho de 2026. **Felipe Contente Belchior**, Pregoeiro, Portaria nº 03/2026/CPL/PMSL/MA.

Documento assinado eletronicamente com login e senha por Felipe Contente Belchior, Member, em 09/06/2026, às 12:55, conforme Lei nº 14.063, de 21 de abril de 2020.

A autenticidade do documento pode ser confirmada no site https://portal.saoluis.ma.gov.br/portal/validacao_documento.php inserindo o código de verificação informado e o código verificador 433488 e o código CRC 3433488.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Fabricação de Móveis Planejados e Reforma de mobiliários diversas para atender às necessidades dos Órgãos e Secretarias do Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência, disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 08h30, do dia 30 de junho de 2026. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: <http://www.sambaiba.ma.gov.br/>. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA).



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026 - REPETIÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 - REPETIÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para a Aquisição de Materiais de Expediente para o Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência, disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 13h30, do dia 22 de junho de 2026. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: <http://www.sambaiba.ma.gov.br/>. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), Sambaíba (MA), 08 de junho de 2026.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para a Aquisição de Equipamentos Materiais de uso Permanentes para atender às necessidades dos Órgãos e Secretarias do Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência, disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 08h30, do dia 26 de junho de 2026. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: <http://www.sambaiba.ma.gov.br/>. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), Sambaíba (MA), 08 de junho de 2026.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIJLÂNDIA
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 - Centro - Turilândia - CEP: 65.276-000
CNPJ nº 01.612.533/0001-97

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O Município de Turilândia - MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que realizará Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria no Gerenciamento dos Programas e Sistemas Integrados ao Ministério da Educação – MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, incluindo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Turilândia durante o período de 12 meses. Data de início do recebimento das propostas: 10/06/2026. Data limite para envio das propostas: 16/06/2026, até as 07h59min. Data da sessão: 16/06/2026, às 08h00min. Local: Plataforma Eletrônica de Licitação (<https://www.licitnet.com.br>). O Aviso e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <https://turilandia.ma.gov.br/> no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site do TCEMA: (<https://app.toema.tc.br/sinccon-tratamural/procedimento>). Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão de Contratação, no endereço: Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, nº 100, Centro, Turilândia - MA, ou pelo e-mail: licitacaoturilandia@gmail.com. Turilândia - MA, 09 de junho de 2026. **Ayseneles Fonseca Rodrigues** – Secretária Municipal de Educação.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026 - REPETIÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - REPETIÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para a Aquisição de Material de Construção para o Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência, disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 08h30, do dia 23 de junho de 2026. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: <http://www.sambaiba.ma.gov.br/>. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), Sambaíba (MA), 08 de junho de 2026.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026 - REPETIÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2026 - REPETIÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Concorrência, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, objetivando a Contratação de empresa Especializada na Prestação de Serviços de Recuperação e Ampliação do Cais da Beira Rio do Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Projeto Básico, disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 08h30, do dia 24 de junho de 2026. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: <http://www.sambaiba.ma.gov.br/>. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), Sambaíba (MA), 08 de junho de 2026.

DESAFIO

Maranhense em busca de um sonho na Europa

Talento ludovicense, atuando no futebol português, com destaque no Alentejo e Santarém, desperta interesse de outros clubes europeus

NERES PINTO

Jogar futebol e fazer sucesso na Europa tem sido o sonho de um elevado número de jovens brasileiros. Esse objetivo tem chegado bastante ao Maranhão, de onde saem muitos talentos, tanto da capital como do interior. Por aqui, circulam dezenas de “olheiros”, que depois de rigorosas avaliações indicam atletas, inicialmente, às divisões de base de clubes do Sul. Orientados por técnicos especializados nesse tipo de preparação, eles crescem de produção até serem exportados para outros países. Por conta disso, é comum o desportista maranhense tomar conhecimento de profissionais da bola fazendo sucesso lá fora, sendo que a maioria nem chegou a atuar pelos grandes times da Série A, a primeira divisão do estado. A lista está ficando cada vez mais extensa pois chega a outros continentes. Um desses atletas que resolveram enfrentar o desafio desde cedo

é Pietro Pizzolato. Ludovicense, ele deu os primeiros passos no Centro de Formação de Atletas (Cefama) onde ficou até aos 15 anos até sair para a divisão de base do Sampaio Corrêa, onde foi campeão. Atuando como lateral-esquerdo e zagueiro, ele logo se destacou e passou a ser olhado com carinho pelo técnico Edson Medeiros. Como o Tricolor parou de investir na base, logo, os observadores apostaram no sucesso do garoto em outro estado. A “Jóia” foi indicada ao São Caetano-SP, pelos empresários Osvaldo e Marcos Pecin. De lá, não demorou muito para chegar à Europa, começando em Portugal, onde vem se destacando na divisão Sub-20.

Trajatória, adaptação e transferências

Pizzolato, cujo bisavô é italiano, nasceu em São Luís, mas desde criança já demonstrava habilidade com a bola e logo despertou a atenção dos pais – Gilberto e Karina –, que passaram a apoiá-lo. Para atingir seu objeti-

vo ele afirma ter se dedicado bastante, sendo que às vezes pegou caronas no veículo de um amigo até chegar ao local dos treinamentos.



Depois de mostrar qualidades no Brasil, o jovem não teve dificuldades de adaptação ao futebol português. “Primeiro, por causa do idioma, e depois devido ao grande número de jogadores brasileiros que atuam lá, tanto no profissional como na categoria sub-20. Foi fácil interagir e ganhar entrosamento rápido que acabou ajudando no meu desempenho em campo”, destacou.

Destaque e capitão da equipe portuguesa

Devido às boas atuações e passagem pelo time da cidade de Moura, na região do Alentejo, onde foi capitão do time, Pietro Pizzolato despertou interesse do Atlético Clube Alcanenense, de Santarém, onde sagrou-se vice-campeão da Hiper League. Mas, já analisa proposta de se transferir para um clube espanhol da cidade de Granada.

Com 18 anos, 1,85m e 77 kg, Pizzolato sabe que ainda tem muito que aprender para realizar seu maior sonho como atleta profissional. “Sem dúvida, meu desejo é crescer ainda mais e me tornar um profissional disputando as grandes competições europeias. Estou me preparando para isso”, adiantou, acrescentando que tem como maiores referências os brasileiros Marcelo e Roberto Carlos (ex-Real Madrid).

Sem dúvida, meu desejo é crescer ainda mais e me tornar um profissional disputando as grandes competições europeias. Estou me preparando para isso

No momento, ele curte merecidas férias em São Luís, onde moram seus pais, enquanto estuda a melhor proposta a ser discutida. “Estou ciente que despertei interesse na Europa,

mas estou aguardando as tratativas para decidir o que será melhor pra mim”, finalizou.

Saiba mais

Portugal é, para muitos brasileiros, a porta de entrada mais lógica para o futebol europeu. Mas, segundo o blog visibilidadedofutebol.com o primeiro motivo é o idioma. O segundo é histórico: Portugal já recebeu uma enorme quantidade de brasileiros por décadas. Isso criou um “hábito” de mercado: clubes portugueses sabem que o Brasil produz atleta, “mas também sabem que o envio de material costuma vir com ruído — e por isso a forma como você se apresenta vira diferencial”.

O terceiro motivo é estrutural: Portugal tem uma cadeia de clubes que funciona como “escada”. Você não precisa iniciar na Primeira Liga para entrar no radar. Muitos atletas entram em níveis inferiores, fazem uma boa época, ganham consistência e sobem. O quarto motivo é financeiro: em geral, o custo de vida e de tentativa em Portugal tende a ser menor do que em Espanha ou França, principalmente fora das grandes cidades.

Resumo: “Portugal é estratégico porque junta idioma, histórico de brasileiros, escada de ligas e custo mais controlável. Isso não garante sucesso — mas torna o processo mais viável. Importante: se você busca apenas “ser visto”, Portugal é bom. Se você busca “passaporte para top ligas”, Portugal também pode ser ponte — desde que você entre com perfil certo e construa consistência real. A lógica não é “chegar e assinar”. A lógica é “entrar, competir, evoluir e subir”, enfatiza.



RANKING

Site elege camisa do Brasil a segunda mais bonita da Copa

A camisa do Brasil para a Copa do Mundo de 2026 está entre as mais bonitas da competição. Em ranking publicado pelo site americano “The Athletic”, o uniforme da Seleção aparece em segundo lugar, perdendo apenas para Gana. “Muito, muito boa. É quase impossível estragar a camisa do Brasil, embora a Nike tenha tentado há quatro anos, mas este é um tremendo retorno. Lembra um pouco alguns designs diferentes do Brasil, como a camisa da Copa América de 2004, mas, em termos de corte, há semelhanças com a maravilhosa versão de 1986”, escreveu o portal.

Sobre a camisa de Gana, escolhida a mais bonita da Copa, a publicação destacou a inspiração nas tradições do país. “Parece uma gigante e colorida rede de aranha, porque é exatamente isso. O design é inspirado pelo kente, um tradicional tecido ganês feito à mão, que teve origem quando tecelões tentavam replicar os padrões de uma aranha chamada Anansi, presente em seu folclore antigo”, escreveu o site.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 005/2026

A Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência - Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando Contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais no município de Pastos Bons/MA – Conforme Convênio nº 984764/2025 - Transfergov.br nº 061993/2025. A sessão será realizada através do Portal Compras Pastos Bons, pelo endereço eletrônico <https://www.compraspastosbonsma.com.br/>, com data de abertura agendada para 25 de junho de 2026 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.pastosbons.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Pastos Bons, <https://www.compraspastosbonsma.com.br/> e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Pastos Bons - MA, 09 de junho de 2026. **Cândido Coelho de Sá Neto**, Agente de Contratação/Pregoeiro.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de pneus novos, câmaras de ar, protetores e baterias automotivas, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e demais equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA. A sessão será realizada através do Portal Compras Pastos Bons, pelo endereço eletrônico <https://www.compraspastosbonsma.com.br/>, com data de abertura agendada para 23 de Junho de 2026 às 10:00hs. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.pastosbons.ma.gov.br e ainda pelo endereço Portal Compras Pastos Bons, <https://www.compraspastosbonsma.com.br/> e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Pastos Bons - MA, 23 de Junho de 2026. **Cândido Coelho de Sá Neto**, Agente de Contratação/Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Monção
CNPJ: 06.190.243/0001-16
Praça Presidente Kennedy, s/nº, Centro – Monção/MA
CEP: 65.360-000

AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico SRP nº 004/2026. Proc. Adm. nº 23273/2026. A Prefeitura Municipal de Monção-MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 004/2026, tendo por objeto: registro de preços para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) no fornecimento de livros didáticos para os segmentos educação infantil, educação fundamental (SABE), educação fundamental (kit afro/indígena de 1º ao 9º ano), educação fundamental (educação financeira de 1º ao 9º ano), educação fundamental (inteligência emocional de 1º ao 9º ano) e educação fundamental (alfabetização de 1º ao 5º ano), visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Monção/MA, resolve cancelar a presente sessão de licitação pública motivada pela análise minuciosa, baseado no poder da autarquia da Administração Pública, devido a necessidade de adequação do termo de referência em virtude de inconsistência nas planilhas do presente termo de referência do edital, ajustando-se as planilhas a plataforma eletrônica. Informamos, que a sessão fica suspensa e posteriormente será republicada uma nova data da presente licitação nos próximos dias, conforme conveniência da autoridade competente, conforme os termos da Lei nº 14.133/21. Informações encontram-se disponíveis à disposição dos interessados no endereço em supra, de 2ª a 6ª feira, de 8h às 13h onde poderão ser consultados gratuitamente, bem como pela internet através do Portal da Transparência do Município no endereço www.moncao.ma.gov.br/ e [https://transparencia.moncao.ma.gov.br/](https://transparencia.moncao.ma.gov.br/Default.aspx?AcessoIndividual=LinkLicitacoes) e <https://www.licitacaooncaoportaldomunicipio.com.br/transparencia>, no endereço portal de compras <https://www.licitacaooncaoportaldomunicipio.com.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no Sistema de Informações de Controle-SINC do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA). Informações adicionais: pelo email prefeitura@moncao.ma.gov.br ou pelo telefone (98) 95146-1630. Portanto, com fulcro na Lei de Licitações, dê-se ciência aos licitantes do cancelamento da presente sessão de licitação, Monção-MA, 08 de junho de 2026. **Edivana Jaçanara Serejo Mendonça**-Secretária Municipal de Educação-Portaria GP nº 003/2025.

junho
VERMELHO

DOAR SANGUE É UM ATO QUE PODE SALVAR VIDAS.

Junho Vermelho:

Uma campanha de incentivo à doação de sangue e conscientização sobre a importância de manter os estoques abastecidos.

O IMPARCIAL

São Luís, quarta-feira, 10 de junho de 2026

São Luís Engenharia Ambiental S.A. Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 acompanhadas do relatório do auditor independente, da São Luís Engenharia Ambiental S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente à nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. São Luís, MA, 30 de maio de 2025.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025		31/12/2024	
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	600		2.635	
Contas a receber de clientes	5	17.986		18.011	
Impostos a recuperar	6	9.085		7.711	
Estoques	-	1.208		856	
Outros ativos	-	393		426	
Total do ativo circulante		29.272		29.639	
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	5	38.725		43.643	
Depósitos judiciais	13	1.014		978	
Imobilizado	7	15.696		16.318	
Total do ativo não circulante		55.435		60.939	
Total do ativo		84.707		90.578	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

Passivo	Notas	31/12/2025		31/12/2024	
Passivo circulante					
Fornecedores	8	3.788		7.996	
Empréstimos e financiamentos	9	576		5.255	
Obrigações tributárias	-	1.085		1.960	
Obrigações trabalhistas	10	10.944		11.712	
Dividendos a pagar	14.c	8.077		-	
Partes relacionadas	11	12.865		6.811	
Outros passivos	-	463		217	
Total do passivo circulante		37.798		33.951	
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	903		958	
Tributos diferidos	12	3.065		3.106	
Partes relacionadas	11	19.988		29.118	
Provisão para demandas judiciais	13	1.152		1.027	
Total do passivo não circulante		25.108		34.209	
Patrimônio líquido	14				
Capital social	-	5.168		5.168	
Reservas de lucros	-	16.633		17.250	
Total do patrimônio líquido		21.801		22.418	
Total do passivo e patrimônio líquido		84.707		90.578	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Resultado	Notas	31/12/2025		31/12/2024	
Receita operacional líquida	15	179.614		170.593	
Custos operacionais	16	(173.629)		(177.797)	
Lucro (prejuízo) bruto		5.985		(7.204)	
Administrativas	17	(2.304)		(3.106)	
Outros resultados operacionais	18	701		1.305	
Prejuízo operacional		4.382		(9.005)	
Receitas financeiras		7.187		4.681	
Despesas financeiras		(1.630)		(826)	
Resultado financeiro líquido		19		3.855	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		20		(5.150)	
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.259)		(85)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(220)		220	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.460		(5.015)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Resultado	31/12/2025		31/12/2024	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.460		(5.015)	
Outros resultados abrangentes	-		-	
Resultado abrangente total	7.460		(5.015)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucro					
	Reserva de lucro		Lucros ou (prejuízos) acumulados		Total	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Total	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.168	1.034	21.231	22.265	-	22.433
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.015)	(5.015)
Transferência para reserva de lucro	-	-	(5.015)	(5.015)	5.015	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.168	1.034	16.216	17.220	-	22.418
Dividendos propostos conf. AGE de 05/10/2025	-	-	(7.704)	(7.704)	-	(7.704)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.460	7.460
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(37)	(37)
Transferência para reserva de lucro	-	-	7.087	7.087	(7.087)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.168	1.034	15.599	16.633	-	21.801

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2025		31/12/2024	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.460		(5.015)	

Itens de resultado que não afetam o caixa

Depreciações	7.b	4.667		3.026	
Valor residual do imobilizado baixado	7.b	886		4.452	
Reversão para demandas judiciais	14	125		(1.082)	
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	9.b	877		410	
Lucro líquido ajustado		14.015		1.791	

Variações nos ativos e passivos

Contas a receber	5	4.943		5.600	
Estoques	-	(352)		129	
Impostos a recuperar	6	(1.374)		(2.544)	
Partes relacionadas	12	(3.076)		(7.270)	
Depósitos judiciais	14	(36)		(67)	
Outros ativos	-	33		(77)	
Fornecedores	8	(4.208)		4.526	
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9.b	(877)		(410)	
Obrigações tributárias	10	(916)		490	
Obrigações trabalhistas	11	(768)		1.444	
Outros passivos	-	246		37	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.630		3.659	

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(4.931)		(7.365)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(4.931)		(7.365)	

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Captações de empréstimos e financiamentos	9.b	361		7.126	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	9.b	(5.095)		(1.172)	
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		(4.734)		5.954	

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.035)		2.248	
---	--	----------------	--	--------------	--

Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2.635		387	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	600		2.635	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.035)		2.248	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto Social
A São Luís Engenharia Ambiental S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, subsidiária da Vital Engenharia Ambiental S.A., em 14 de março de 2012 (data da constituição) e tem como objeto social à execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís – MA, pelo prazo de 20 anos contados da data de assinatura do contrato.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração

a) Declaração de conformidade e mensuração
As demonstrações contábeis da Companhia são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e políticas contábeis materiais. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa n° 1.5.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, e os saldos são arredondados para o milhar mais próximo indicado.

c) Continuidade operacional
A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas
As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa, com vencimentos originais iguais ou inferiores a 90 dias, e que estejam sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, sem restrições para resgate. As aplicações financeiras são, majoritariamente, certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados, em média, a 100% do CDI, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.2. Instrumentos financeiros
i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros exceto quando mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legal de compensação e a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado são avaliados quanto à redução ao valor recuperável ao final de cada período de reporte. As perdas são reconhecidas quando houver evidência objetiva de que a Companhia não recuperará integralmente os fluxos de caixa contratados.

ii) Passivos financeiros não derivativos
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

iii) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações com instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

3.3. Contas a receber
As contas a receber correspondem a valores a receber por serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia e são registradas inicialmente pelo valor justo, sendo mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, deduzidas, quando aplicável, de provisão para perdas estimadas de crédito.

Os recebíveis são classificados como circulantes ou não circulantes de acordo com seus prazos de vencimento. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos saldos a receber, considerando o histórico de recebimentos, a natureza da contraparte e demais informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração entende que tais valores são recuperáveis e, portanto, não foi constituída provisão para perdas no exercício.

Os saldos a receber do Poder Concedente são classificados como ativos financeiros quando existe direito contratual de recebimento de caixa, incluindo créditos decorrentes da execução do contrato de concessão e valores formalizados por meio de acordos de pagamento, mensurados ao custo amortizado e atualizados conforme os termos contratuais.

3.4. Investimento
Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultados de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital volante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

3.5. Imobilizado
Os itens do imobilizado são reconhecidos quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados ao ativo fluirão para a Companhia e quando o custo puder ser mensurado de forma confiável.

O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção e à preparação do ativo para o uso pretendido pela Administração.

Softwares adquiridos que sejam essenciais ao funcionamento de equipamentos são capitalizados como parte integrante do respectivo bem. Ganhos ou perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado correspondem à diferença entre o valor recebido e o valor contábil, sendo reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros adicionais, os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos ativos.

A depreciação é iniciada no mês subsequente ao da disponibilização do ativo para uso. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício.

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos ativos do imobilizado, reconhecendo eventual perda no resultado quando o valor contábil exceder o valor recuperável.

3.6. Estoques
Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, em conformidade com o CPC 16 – Estoques. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição e ao uso nas atividades operacionais, tais como transporte e armazenagem.

Os materiais mantidos em almoxarifado e destinados ao uso direto nas atividades operacionais da Companhia são classificados como estoques e reconhecidos no resultado à medida de seu consumo. Materiais de natureza administrativa ou de apoio são reconhecidos como despesa quando consumidos.

3.7. Contrato de concessão – Seção 34 do CPC PME (R1) – Concessão de Serviços
A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a seção 34 do CPC PME (R1) – Concessão de serviços.

Concessões de serviços é um contrato onde o governo ou outro órgão do setor público (concedente) contrata uma entidade operadora privada para desenvolver (ou aperfeiçoar), operar ou manter ativos de infraestrutura da concedente, tais como rodovias, pontes, túneis, aeroportos, redes de distribuição de energia, hidroelétricas, penitenciárias ou hospitais. Nesses acordos, a concedente controla ou regula os serviços os quais a entidade operadora necessita fornecer por meio da utilização dos ativos, para quem, e por qual preço, e controla alguma participação residual significante dos ativos ao final do período do acordo de concessão.

Existem duas categorias principais de acordos de concessão de serviços:

(a) Na primeira, a entidade operadora recebe um ativo financeiro – um direito contratual incondicional de receber um valor em dinheiro ou outro ativo financeiro especificado ou determinado pelo governo, em troca da construção ou aperfeiçoamento do ativo do setor público, e posterior operação e manutenção do ativo por um período específico. Essa categoria inclui

garantias do governo de pagar por quaisquer insuficiências entre os valores recebidos dos usuários do serviço público e os valores especificados ou determináveis.

(b) Na outra, a entidade operadora recebe um ativo intangível – um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico. Um direito de cobrar os usuários não é um direito incondicional de receber dinheiro porque os valores estão condicionados à extensão na qual a população utilizar o serviço.

Algumas vezes, um único contrato pode conter os dois tipos, na extensão em que o governo concede uma garantia incondicional de pagamento pela construção do ativo do setor público, a entidade operadora possui um ativo financeiro; na extensão em que a entidade operadora conta com a população utilizando o serviço para obter o pagamento, a entidade operadora possui um ativo intangível.

i) A entidade operadora deve reconhecer um ativo financeiro na extensão em que tiver um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro da concedente ou receber em nome da concedente pelos serviços de construção. A entidade deve mensurar o ativo financeiro pelo valor justo.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal das operações, classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme o vencimento. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. Quando relevantes, as compras a prazo são ajustadas a valor presente, sendo o ajuste apropriado como despesa financeira ao longo do prazo de pagamento.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

São Luís, quarta-feira, 10 de junho de 2026

São Luís Engenharia Ambiental S.A. Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025.

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base na vida útil econômica estimada dos bens e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável, não tendo sido identificados indicadores de impairment em 31 de dezembro de 2025.

8. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (i)	3.788	7.996
Total	3.788	7.996

(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2025 decorre, principalmente, da liquidação de obrigações no curso normal dos negócios.

9. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Agente financeiro	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste S.A.	255	255	703	958
Banco Daycoval S.A.	201	5.000	-	-
Banco John Deere	120	-	200	-
Total	576	5.255	903	958

A redução do saldo do empréstimo é resultado do pagamento efetuado sobre o principal da dívida, sendo os juros incorridos reconhecidos no resultado do exercício.

b) Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	259	-
Captações	7.126	-
Juros	410	-
Pagamento de principal	(1.172)	-
Pagamento de juros	(410)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.213	-
Captações	361	-
Juros	877	-
Pagamento de principal	(5.095)	-
Pagamento de juros	(877)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.479	-

10. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	2.643	2.843
Provisão de férias e encargos	1.937	2.612
Encargos sociais a recolher	6.364	6.257
Total	10.944	11.712

11. Partes relacionadas

Passivo circulante – Fornecedores	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
		Vital Engenharia Ambiental S/A	50,00%
URCD Ambiental (Limpe)	50,00%	832	951
Total no passivo circulante		12.865	6.811

Passivo não circulante – Fornecedores	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
		Vital Engenharia Ambiental S/A	50,00%
URCD Ambiental (Limpe)	50,00%	19.988	21.039
Total no passivo não circulante		19.988	29.118

(i) Os saldos com partes relacionadas referem-se, principalmente, a valores a pagar decorrentes da prestação de serviços e locação de equipamentos, realizados no curso normal das atividades, sem encargos financeiros e sem vencimento definido.

12. Tributos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante		
PIS e COFINS	2.679	2.941
IRPJ e CSLL	386	165
Total	3.065	3.106

(i) Os tributos diferidos estão relacionados aos tributos incidentes sobre receitas reconhecidas pelo regime de competência e ainda não realizadas financeiramente, em especial aquelas decorrentes do contrato de concessão com o Poder Concedente.

13. Provisões para demandas judiciais

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	1.099	762
Cível	53	265
Total	1.152	1.027

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos.

Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo final em 31/12/2023	2.109	-
Adição	-	-
(-) Reversão	(1.082)	-
Saldo final em 31/12/2024	1.027	-
Adição	125	-
(-) Reversão	-	-
Saldo final em 31/12/2025	1.152	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível no montante de R\$ 456. Para contingências possíveis não é constituída provisão, os quais são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada.

Os depósitos judiciais são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	721	685
Cível	293	293
Total	1.014	978

Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo final em 31/12/2023	911	-
Adição	111	-
(-) Baixa	(44)	-
Saldo final em 31/12/2024	978	-
Adição	72	-
(-) Baixa	(36)	-
Saldo final em 31/12/2025	1.014	-

MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

OBJETO: Aquisição de veículos, do tipo caminhão, para atender às demandas logísticas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Paço do Lumiar/MA
DATA DA SESSÃO: 25/06/2026. **HORÁRIO:** 10h30min. Sistema Eletrônico Utilizado: <https://licitapacodolumiar.com.br/>. O Edital poderá ser obtido na Central de Compras Públicas – CCP, na sede da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida 13, S/N, Conjunto Maiobão, Paço do Lumiar, CEP: 65.130-000; ou pelo e-mail: ccplicitacao2025@gmail.com, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ou através do site da Prefeitura de Paço do Lumiar-MA/Portal: <https://www.pacodolumiar.ma.gov.br>, ou do Sistema de Licitação: <https://licitapacodolumiar.com.br/>, ou através do Sinc-Contrata/TCE-MA ou, ainda, pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

Paço do Lumiar - MA, 09 de junho de 2026

FÁBIO HENRIQUE MONTEIRO FERREIRA
Secretário Municipal de Educação

GERAL

São Luís, quarta-feira, 10 de junho de 2026

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.168, representado por 5.168.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Nos termos do estatuto social, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia não constituiu reserva legal no exercício de 2025 por já ter atingido o limite estabelecido em lei.

c) Dividendos

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, foram apurados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 373.

Na mesma data, a Companhia possuía R\$ 8.077 registrados como dividendos a pagar, sendo R\$ 7.704 referentes a exercícios anteriores e R\$ 373 relacionados ao exercício corrente.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	7.460	(5.015)
(-) Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	7.460	(5.015)
Dividendos mínimos obrigatórios	(373)	-
Total de dividendos propostos	(373)	-
Total de dividendos a pagar	8.077	-

d) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê que após a constituição da reserva legal e da distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	210.395	194.709
Receita de infraestrutura (ICPC 01)	-	5.108
Total de receita bruta	210.395	199.817
(-) ISS	(10.775)	(10.246)
(-) PIS	(3.568)	(3.385)
(-) COFINS	(16.438)	(15.593)
Total de impostos sobre faturamento	(30.781)	(29.224)
Receita operacional líquida	179.614	170.593

16. Custos operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos	(28.808)	(30.740)
Pessoal	(84.661)	(84.894)
Custos de construção (ICPC 01)	-	(3.990)
Locação	(24.866)	(24.955)
Serviços de terceiros	(28.643)	(27.154)
Depreciação	(2.447)	(1.595)
Outros	(4.204)	(4.469)
Total	(173.629)	(177.797)

17. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Comerciais	(40)	(92)
Conservação e limpeza	(453)	(387)
Material de escritório	(102)	(348)
Viagens e hospedagens	(210)	(225)
Seguros	(112)	(175)
Informática	(423)	(419)
Indevidíveis	(38)	(34)
Impostos e taxas	(13)	(537)
Administração central	(522)	(720)
Outras	(391)	(169)
Total	(2.304)	(3.106)

18. Outros resultados operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Ganho na alienação de ativo imobilizado	59	-
Reversão de provisão para demandas judiciais	-	1.082
Eventuais	767	237
Provisão para demandas judiciais	(125)	-
Outras	-	(14)
Total	701	1.305

19. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras	146	80
Atualização monetária (ICPC 01)	2.082	1.752
Atualização monetária	490	247
Juros (ICPC 01)	3.149	2.745
Outros	1.496	-
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(176)	(143)
Total	7.187	4.681

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Bancária	(75)	(59)
Juros	(178)	(73)
Encargos sobre financiamentos	(913)	(410)
Outras	(464)	(284)
Total	(1.630)	(826)

Resultado financeiro líquido 5.557 3.855

As receitas financeiras incluem, substancialmente, juros e atualização monetária sobre créditos a receber do Poder Concedente, relacionados a acordo formal de reconhecimento de dívida, apropriados ao resultado conforme regime de competência e de acordo com os termos contratuais.

20. Despesas de IRPJ e CSLL

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

a) Tributos correntes

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.939	(5.150)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(3.379)	1.751
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições	(182)	(3.366)
Exclusões	955	1.502
Compensação de base negativa	284	34
Outros	63	(6)
Total	(2.259)	(85)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.259)	(85)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(220)	220
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.039)	-
Total	(2.479)	135

Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL foi de 22,73% em 2025. Em 2024, não houve alíquota efetiva aplicável em razão de prejuízo antes da tributação.

21. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela administração da Companhia. As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

i) Riscos de liquidez

A política de aplicações financeiras estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciado, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

iii) Risco de crédito

A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

22. Seguros

Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos.

Os principais ativos em serviço da Companhia estão seguros, conforme descrito a seguir:

Riscos	Datas de vigência	Importâncias seguradas	Prêmios líquidos
Responsabilidade civil - Execução PPP	05/05/2025 a 05/05/2026	2.079	6
Equipamentos gerais	04/11/2025 a 04/11/2026	500	1

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

23. Compliance

Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de compliance destinada a assegurar a aderência às leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis às suas atividades.

A Companhia adota práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo:

- desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos;
- realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização;
- monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria;
- identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance;
- observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação;
- manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle;
- disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação.

A Companhia reforça seu

FESTIVAL CINE/PE 2026

Curta maranhense "Mercado Central" conquista 4 prêmios

Entre os prêmios recebidos, estão os de Melhor Filme pela Associação Brasileira de Críticos de Cinema e pelo Júri Popular

O curta-metragem maranhense "Mercado Central", da diretora, roteirista, atriz e produtora Tássia Dhur, após realizar sua estreia nacional na 30ª Edição do Cine/PE Festival Audiovisual, em Recife, conquistou quatro prêmios no evento.

Entre as premiações, estão: "Melhor Filme pela Associação Brasileira de Críticos de Cinema", "Melhor Direção de Arte", "Melhor Direção de Fotografia" e "Melhor Filme pelo Júri Popular".

Com as conquistas e a estreia nacional – como parte integrante da Mostra Competitiva de Curtas-Metragens Nacionais –, "Mercado Central" foi uma das produções de maior destaque no festival pernambucano, que celebrou seus 30 anos de história em 2026.

"É uma imensa realização para mim como atriz, como diretora, ver nosso curta ganhando tantos prêmios. Saber que é um filme produzido no Maranhão que está ganhando o Brasil e pode ganhar o mundo... é de uma enorme alegria", comemora Tássia Dhur, que integra o elenco e assina a direção, o roteiro e a produção-executiva.

A produção retrata um cenário insalubre de um mercado no Centro da cidade, onde pessoas estão desaparecendo sem deixar rastros, envolto em um clima de mistério. O curta-metragem foi produzido pela Jaguatirica Filmes e realizado com fomento da Lei Paulo Gustavo (LPG), por meio da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), do Governo do Maranhão.

Tássia Dhur acrescenta que começou a dirigir e escrever os próprios filmes para poder atuar – e que a decisão se mostrou bastante acertada. "É um projeto realizado através da Lei Paulo Gustavo, que tem uma importância imensa em projetos culturais como esse. E que descentraliza, potencializando produções também no eixo Norte/Nordeste e, ainda, produtoras independentes, como a minha, a Jaguatirica Filmes", ressaltou.

E para o segundo semestre de 2026, "Mercado Central" já tem novas datas de exibição: será um dos destaques da programação da 30ª Mostra Competitiva Nacional de Curtas, do 33º Festival de Cinema de Vitória, que ocorre de 18 a 25 de

julho, no Espírito Santo, e, também, da 49ª edição do Festival Guarnicê de Cinema, que acontece de 20 a 26 de agosto (em formato híbrido), em São Luís.

O teaser oficial está disponível no YouTube, no link: <https://youtu.be/HIG3Ekvh5mY>. Para mais informações sobre "Mercado Central", acesse os perfis do Instagram de Tássia Dhur (https://www.instagram.com/tassia_dhur), da Jaguatirica Filmes (<https://www.instagram.com/jaguatiricafilmes>) e da própria produção (<https://www.instagram.com/mercado2026>).



Leilão da Prefeitura de Caxias/MA

Dia 17/06/2026 às 10 horas

Realização só on-line: www.grleiloes.com

Lote	Descrição	Lance Inicial
01	Toyota Hilux CD 4X4 SR; placa NMT2655; RENAVAM 00161244769; ano 2009; diesel, cor preta. Possui recall não atendido. ATPV: R\$ 350,00. Não tem motor, possui só o bloco.	R\$ 8.000,00
02	GM S10 2.8 D 4X4; placa HPS4771; RENAVAM 00824234588; ano 2004; diesel, cor preta. Possui restrição 916. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 8.000,00
03	VW Gol 1000; placa H001335; RENAVAM 00620582030; ano 1993; gasolina, cor branca. ATPV: R\$ 350,00. Precisa remarcar o motor.	R\$ 500,00
04	Toyota Hilux CD 4X4 SR; placa NMT5159; RENAVAM 00163976490; ano 2009; diesel, cor prata. Possui recall não atendido. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 8.000,00
05	VW Saveiro Ambulância 1.6, placa NHE9250; RENAVAM 924001623; ano 2007/2008; flex, cor branca. Multa: R\$ 127,69. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 2.000,00
06	Toyota Hilux 4CD SR3, placa HPL2353; RENAVAM 00151581738; ano 2001; diesel, cor branca. Possui restrição 916. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 5.000,00
07	Fiat Uno Mille Way Economy, placa NXB0679; RENAVAM 00333243722; ano 2011/2012; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00
08	GM Classic Life, placa NHP1672; RENAVAM 00985005530; ano 2008/2009; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00
09	Fiat Doblo EX, placa HPN5204; RENAVAM 00787919551; ano 2002; gasolina, cor branca. Possui restrição 916. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 3.000,00
10	Fiat Doblo ELX 1.8 Flex, placa NMR0994; RENAVAM 00148563953; ano 2009; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 3.000,00
11	GM Celta Life, placa NHT5785; RENAVAM 00123229111; ano 2009; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00
12	Renault Master Ambulância Rontan, placa OIZ4654; RENAVAM 00517769190; ano 2012/2013; diesel, cor branca. ATPV: R\$ 350,00. Multa: R\$ 217,61.	R\$ 10.000,00
13	Toyota Hilux Ambulância, placa PHL5059; RENAVAM 01071569675; ano 2015; diesel, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 2.000,00
14	Ford Ranger XL CS 22 Ambulância, placa OIQ6085; RENAVAM 01004528130; ano 2012/2013; diesel, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 13.000,00
15	Toyota Hilux Ambulância, placa PHL5099; RENAVAM 1071570282; ano 2015; diesel, cor branca. Multa: R\$ 306,60. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 12.000,00
16	Chevrolet S10 LT FD2, placa OJP7693; RENAVAM 1001855547; ano 2014; flex, cor branca. Multa: R\$ 2.169,65. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 15.000,00
17	Chevrolet S10 LT FD2, placa PSM4513; RENAVAM 1080597767; ano 2015; flex, cor branca. Multa: R\$ 785,72. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 10.000,00
18	GM S10 Modificar ABI Ambulância, placa OJ01065; RENAVAM 00994547161; ano 2013/2014; diesel, cor branca. Possui recall não atendido. Multa: R\$ 212,28. ATPV: R\$ 350,00. Está sem motor, possui só o bloco.	R\$ 15.000,00
19	Toyota Hilux Ambulância, placa PHL5069; RENAVAM 01071569772; ano 2015; diesel, cor branca. Multa: R\$ 214,67. ATPV: R\$ 350,00. Só tem o bloco do motor.	R\$ 6.000,00
20	VW Saveiro Ambulância 1.6, placa HQC0723; RENAVAM 00879842113; ano 2006; flex, cor branca. Multa: R\$ 255,38. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00
21	VW Saveiro Ambulância 1.6, placa HQB9880; RENAVAM 879843527; ano 2006; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00
22	VW Gol 1.0, placa HPZ7373; RENAVAM 00866278036; ano 2005/2006; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00
23	VW Saveiro Ambulância 1.6, placa HQC0686; RENAVAM 00879842806; ano 2006; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 2.000,00
24	Volkswagen Kombi, placa HPR7014; RENAVAM 819447471; ano 2003/2004; gasolina, cor branca. ATPV: R\$ 350,00. Precisa remarcar bloco do motor.	R\$ 1.000,00
25	Toyota Hilux CD 4X4 SR, placa NMT5985; RENAVAM 165790997; ano 2009; diesel, cor preta. Possui recall não atendido. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 8.000,00
26	Ford Fiesta Flex, placa OJP0480; RENAVAM 00996332405; ano 2013/2014; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00
27	Volkswagen Kombi, placa NHR1216; RENAVAM 00115648429; ano 2008/2009; flex, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 2.000,00
28	Fiat Uno Mille Fire, placa HPP9582; RENAVAM 00807296210; ano 2003; gasolina, cor branca. ATPV: R\$ 350,00. Precisa remarcar o chassi.	R\$ 500,00
29	Fiat Uno Mille Way Economy, placa OJM5273; RENAVAM 604725108; ano 2013; flex, cor branca. Multa: R\$ 1.099,33. ATPV: R\$ 350,00. Não tem motor.	R\$ 2.000,00
30	VW Gol Special, placa HPW1601; RENAVAM 00848482760; ano 2005; gasolina, cor branca. ATPV: R\$ 350,00.	R\$ 1.000,00



Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do Maranhão - matrícula 017/06
Telefone: (98) 4141-2441

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ-MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

A Prefeitura Municipal de Axixá/MA, através da Secretária Municipal de Educação por força do Decreto 002/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 11.488/2007, Licitação na modalidade Pregão na sua forma Eletrônica, do tipo menor preço por Global. Objeto: Contratação de empresa para locação de cápsula digital e tecnológica voltado à inclusão digital e ao avanço educacional dos estudantes do ensino fundamental, jovens e adultos em busca de qualificação técnica, bem como professores e gestores escolares visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Axixá/MA. A realização da sessão será no dia 28 de Junho de 2026 - ÀS 09h00 no endereço eletrônico: <https://bnc.org.br/>. O Edital completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: <https://bnc.org.br/> e <https://axixa.ma.gov.br/portalportal-edital-licitacao-local>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail cpaixixa2025@gmail.com.

Axixá/MA, 10 de Junho de 2026.

LÉA CRISTINA DUTRA PAIXÃO DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ-MA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal de Axixá/MA, através da Secretária Municipal de Administração por força do Decreto 002/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 11.488/2007, Licitação na modalidade Concorrência na sua forma Eletrônica, do tipo menor preço Global. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de implantação de sistema de abastecimento de água na sede e povoados do Município de Axixá/MA. A realização da sessão será no dia 21 de Julho de 2026 - ÀS 09h00 no endereço eletrônico: <https://bnc.org.br/>. O Edital completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: <https://bnc.org.br/> e <https://axixa.ma.gov.br/portalportal-edital-licitacao-local>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail cpaixixa2025@gmail.com.

Axixá/MA, 10 de Junho de 2026.

LUIS CARLOS DE JESUS PROTÁZIO
Secretaria Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ-MA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

A Prefeitura Municipal de Axixá/MA, através da Secretária Municipal de Administração por força do Decreto 002/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 11.488/2007, Licitação na modalidade Concorrência na sua forma Eletrônica, do tipo menor preço Global. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de manutenção e correções preventivas em poços e redes de abastecimento do Município de Axixá/MA. A realização da sessão será no dia 21 de Julho de 2026 - ÀS 10h00 no endereço eletrônico: <https://bnc.org.br/>. O Edital completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: <https://bnc.org.br/> e <https://axixa.ma.gov.br/portalportal-edital-licitacao-local>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail cpaixixa2025@gmail.com.

Axixá/MA, 10 de Junho de 2026.

LUIS CARLOS DE JESUS PROTÁZIO
Secretaria Municipal de Administração

Vagas para PCD - Auxiliar administrativo Empresa: Mardima Serviços de Vigilância

Essa pode ser a sua chance de fazer parte do nosso time!

Buscamos alguém comprometido (a), organizado (a) e com vontade de aprender e crescer profissionalmente.

Envie seu currículo para: 98984441649



OBJETO: Registro de preços para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços relacionados à segurança contra incêndio e pânico, compreendendo: Aquisição de extintores de incêndio novos; Recarga de extintores existentes; Manutenção e pintura de extintores; Fornecimento e instalação de luminárias de emergência; Fornecimento e instalação de placas de sinalização fotoluminescente; Execução de sinalização horizontal em piso; visando atender às necessidades das unidades administrativas do Município de ARARI/MA. CONTRATO Nº 122/2026; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026; PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 06.242.846/0001-14 e a empresa KAMENDES INSTALACOES TECNICAS LTDA, inscrita no CNPJ: 15.387.357/0001-41. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 10/2024 e Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2027. VALOR DO CONTRATO: R\$ 84.562,81 (oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos). FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 01 de Junho de 2026. ASSINATURAS: Thiago Martins Santos, (CONTRATANTE) e Katia Cristina Costa Mendes (DETENTOR DO CONTRATO). Arari/MA, 09 de Junho de 2026 - **Thiago Martins Santos**, / Secretário Municipal de Saúde.



OBJETO: Registro de preços para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços relacionados à segurança contra incêndio e pânico, compreendendo: Aquisição de extintores de incêndio novos; Recarga de extintores existentes; Manutenção e pintura de extintores; Fornecimento e instalação de luminárias de emergência; Fornecimento e instalação de placas de sinalização fotoluminescente; Execução de sinalização horizontal em piso; visando atender às necessidades das unidades administrativas do Município de ARARI/MA. CONTRATO Nº 120/2026; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026; PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA, CNPJ nº 06.242.846/0001-14 e a empresa KAMENDES INSTALACOES TECNICAS LTDA, inscrita no CNPJ: 15.387.357/0001-41. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 10/2024 e Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2027. VALOR DO CONTRATO: R\$ 63.374,79 (sessenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais e nove centavos). FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 01 de Junho de 2026. ASSINATURAS: Joeson de Jesus Costa Silva, (CONTRATANTE) e Katia Cristina Costa Mendes (DETENTOR DO CONTRATO). Arari/MA, 09 de Junho de 2026 - **Joeson de Jesus Costa Silva**, / Secretário Municipal de Administração e Gestão Financeira.



OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de cestas básicas para atender as necessidades do município de Arari - MA. CONTRATO Nº 132/2026; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2026; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026; PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 06.242.846/0001-14 e a empresa M. R. LOPES, inscrita no CNPJ: 08.963.679/0001-26. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 10/2024 e Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03 de Junho de 2027. VALOR DO CONTRATO: R\$ 310.128,75 (trezentos e dez mil, cento e vinte e oito reais e cinco centavos). FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 03 de Junho de 2026. ASSINATURAS: Debora Cristiane Ferreira Sampaio Vieira, (CONTRATANTE) e Manuel Ribeiro Lopes (DETENTOR DO CONTRATO). Arari/MA, 09 de Junho de 2026 - **Debora Cristiane Ferreira Sampaio Vieira**, / SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.



OBJETO: Registro de preços para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços relacionados à segurança contra incêndio e pânico, compreendendo: Aquisição de extintores de incêndio novos; Recarga de extintores existentes; Manutenção e pintura de extintores; Fornecimento e instalação de luminárias de emergência; Fornecimento e instalação de placas de sinalização fotoluminescente; Execução de sinalização horizontal em piso; visando atender às necessidades das unidades administrativas do Município de ARARI/MA. CONTRATO Nº 121/2026; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026; PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 06.242.846/0001-14 e a empresa KAMENDES INSTALACOES TECNICAS LTDA, inscrita no CNPJ: 15.387.357/0001-41. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 10/2024 e Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2027. VALOR DO CONTRATO: R\$ 63.970,49 (Sessenta e três mil, novecentos e setenta reais e quarenta e nove centavos). FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 01 de Junho de 2026. ASSINATURAS: Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes, (CONTRATANTE) e Katia Cristina Costa Mendes (DETENTOR DO CONTRATO). Arari/MA, 09 de Junho de 2026 - **Agnaldo de Jesus Ferreira Fernandes**, / Secretário Municipal de Educação.



ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 19/2026

Errata, venho por meio desta informar que onde se lê: Concorrência Eletrônico nº 11/2026, Processo Administrativo nº. 50/2026
le-se: Pregão Eletrônico nº 19/2026, Processo Administrativo nº 41/2026
A Licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; e Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. O Edital poderá ser consultado pelo sítio da Prefeitura de Arari/MA: licitaararima.com.br e informações pelo e-mail: licitacaorari@gmail.com.

Arari - MA, 09 de junho de 2026

Aldair Sousa Fernandes
Agente de Contratação



DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026 EXTRATO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

O Município de São Roberto/MA, por meio de seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a Dispensa Eletrônica nº 04/2026, Processo Administrativo nº 80/2026, do tipo menor preço por grupo, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de peças automotivas e prestação de serviços mecânicos destinados à manutenção corretiva de ambulância da Secretaria Municipal de Saúde de São Roberto/MA. O período para cadastro de propostas será de 12/06/2026 a 17/06/2026, e a fase de lances ocorrerá no dia 17/06/2026, das 08h00min às 14h00min. O processo de contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. O Aviso poderá ser consultado na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, São Roberto, Maranhão, CEP - 65.758-000, ou pelo e-mail: cpl@saoroberto.ma.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h ou pelo sítio da Prefeitura de São Roberto/MA/Portal da Transparência: <https://www.saoroberto.ma.gov.br>, ou pelo SINC-Contrata/TCE-MA ou <https://www.licitasasaoroberto.com.br> ou pelo tel: (99) 98488-0882. **Markenned Soares de Souza** - Agente de Contratação. São Roberto/MA, 09 de junho de 2026.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 - SRP AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de São Roberto - MA, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 09/2026, Processo Administrativo nº. 074/2026, do tipo maior percentual de desconto por item, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de combustível para atender as demandas das secretarias municipais de São Roberto/MA, com data de abertura dia 24/06/2026, às 09h00min. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, São Roberto, Maranhão, CEP - 65.758-000; ou pelo Tel. (99) 98488-0882; ou pelo e-mail: cpl@saoroberto.ma.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h; ou pelo sítio da Prefeitura de São Roberto/MA/Portal da Transparência: <https://www.saoroberto.ma.gov.br>, ou pelo Sinc-Contrata/TCEMA ou <https://www.licitasasaoroberto.com.br>, ou pelo Portal Nacional de Compras Públicas. **Markenned Soares de Souza** - Pregoeiro. São Roberto/MA, 09 de junho de 2026.



AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026. PROCESSO ADM. Nº 052/2026. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, CNPJ: 06.191.001/0001-47, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07 de julho de 2026, às 09:00hs (nove horas). Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 011/2026, objetivando a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção de unidades escolares em zonas rurais do município de Santa Luzia - MA - conforme detalhamentos constantes no Anexo II - Projeto Básico, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site <https://www.licitasantaluzia.com.br>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://www.licitasantaluzia.com.br>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail licitasantaluzia@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Santa Luzia/MA, 09 de junho de 2026. **Cleudimar Soares Lopes, Secretária de Educação.**



AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

ORGÃO REALIZADOR: Município de Jatobá, por intermédio da Comissão de Contratação.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021, decreto municipal nº 002/2025 e decreto municipal 005/2025.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para obtenção de produtos essenciais ao abastecimento, para atender as necessidades da Secretaria de Administração, Fazenda, Planejamento e Finanças do município de Jatobá - MA.
JULGAMENTO: Menor Preço.
ORGÃO SOLICITANTE: Secretaria de Administração, Fazenda, Planejamento e Finanças do Município de Jatobá/MA.
LOCAL/SITE: www.portalcompraspublicas.com.br
DATA: 23/06/2026
HORÁRIO: 14h 01min
EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portalcompraspublicas.com.br, e também poderá ser lido e obtido no endereço: Av. Deputado Doutor Anselmo Freitas S/N - Centro - Jatobá/MA, no horário de 08:00 às 12:00 hs, na sala da comissão de contratação

Jatobá/MA, 09 de junho de 2026.

BRENDA RAMIRIA SILVA DE MELO DOS SANTOS
Secretaria Municipal De Administração, Fazenda, Planejamento E Finanças

COPA DO MUNDO

Planejamento para fornecimento de energia

Distribuidora Equatorial Maranhão amplia ações preventivas e reforça o monitoramento do sistema elétrico durante os jogos

A Equatorial Maranhão elaborou um Plano Operacional especial para o período de transmissão dos jogos da Copa do Mundo 2026, com foco em garantir a continuidade e a confiabilidade do sistema elétrico durante toda a competição. Realizada entre os dias 11 de junho e 19 de julho, a Copa do Mundo é um período em que tradicionalmente se registra um aumento significativo no consumo de energia elétrica, devido à maior utilização simultânea de televisores, aparelhos de climatização e outros equipamentos elétricos em residências e estabelecimentos comerciais. Diante desse cenário, a Distribuidora também reforça a importância dos cuidados com a segurança no uso da energia elétrica.

Como parte das ações preventivas, a Distribuidora ampliará em cerca de 30% o número de equipes de atendimento noturno na Região Metropolitana de São Luís e em mais de 15% nas demais regiões do Maranhão. Além disso, haverá reforço dos plantões

operacionais e intensificação do monitoramento em tempo real do sistema elétrico.

Estratégias de prevenção e acompanhamento técnico

Antes do início da Copa, a Equatorial Maranhão intensificou ações de manutenção preventiva em pontos estratégicos do estado, especialmente em áreas com maior concentração de público e transmissão dos jogos. Entre as medidas adotadas estão inspeções na rede elétrica, limpeza de equipamentos, substituição de componentes e poda preventiva de árvores próximas à fiação.

Além disso, equipes técnicas estarão posicionadas em locais estratégicos, definidos em parceria com prefeituras e órgãos estaduais, realizando o monitoramento contínuo do sistema elétrico durante toda a competição. A iniciativa tem como objetivo garantir maior agilidade no atendimento de eventuais ocorrências e reforçar a confiabilidade do fornecimento de energia durante os jogos.

Durante todo o período de transmissão dos jogos da Copa do Mundo 2026, a Equatorial Maranhão manterá seus canais de atendimento funcionando 24 horas por dia. Os clientes poderão entrar em contato pelo WhatsApp, por meio da assistente virtual Clara, no número (98) 2055-0116, ou pela Central de Atendimento 116, com ligação gratuita.



MERCADO GAMER

Operadora aposta no universo gamer e lança planos exclusivos de internet de alta performance

A expansão do mercado gamer no Brasil tem impulsionado empresas de tecnologia e telecomunicações a desenvolver soluções cada vez mais especializadas para um público exigente e altamente conectado.

Atenta a esse movimento, a operadora Maxx, empresa maranhense pioneira em tecnologia e conectividade há mais de 25 anos, acaba de lançar seus novos Planos Maxx Gamer. O anúncio foi feito durante a Olimpíada de Robótica do MOVIEMA no Golden Shopping Calhau em São Luís.



A iniciativa reforça a estratégia da Maxx de ampliar sua presença em segmentos de alto crescimento, oferecendo soluções desenvolvidas especificamente para quem busca máxima performance em jogos online, transmissões ao vivo, streaming de conteúdo e competições digitais.

Segundo a empresa, os novos planos foram projetados para entregar uma experiência superior de conectividade, com velocidades elevadas, baixa latência, maior estabilidade de rede e recursos tecnológicos voltados ao universo gamer.

“Os jogos online exigem cada vez mais desempenho da conexão. Nosso objetivo é oferecer uma internet preparada para atender essa demanda, proporcionando mais velocidade, estabilidade e qualidade para quem leva a experiência gamer a sério”, destaca Jefferson Bandeira, Diretor de Operações da Maxx.

Três opções para diferentes perfis de jogadores

A nova linha da Maxx chega ao mercado com três modalidades de planos, cada uma adaptada a diferentes perfis de usuários.

O Maxx Gamer Start (MGS) oferece velocidade de 500 Mega de download e 250 Mega de upload, além de Wi-Fi 6, ferramenta NoPing inclusa, um ponto cabeado e atendimento preferencial, por R\$ 149,90 mensais.

Já o Maxx Gamer Pro (MGP) amplia a capacidade para 800 Mega de download e 400 Mega de upload, mantendo Wi-Fi 6 e NoPing inclusos, além de dois pontos cabeados e atendimento preferencial. O plano custa R\$ 174,90 por mês.

No topo da categoria está o Maxx Gamer Elite (MGE), com 1 Giga de download e 500 Mega de upload, três pontos cabeados, Wi-Fi 6, NoPing, atendimento preferencial e opção de IP fixo para usuários que necessitam de maior controle e estabilidade de rede. O investimento é de R\$ 199,90 mensais.

Com a novidade, a operadora amplia seu portfólio e fortalece sua atuação junto a um mercado que segue em crescimento acelerado. O Brasil já figura entre os maiores mercados consumidores de jogos eletrônicos do mundo, impulsionando a demanda por conexões cada vez mais rápidas, estáveis e preparadas para suportar experiências digitais de alto desempenho.

Ao apostar em soluções específicas para esse público, a Maxx reforça seu compromisso com a inovação e com a entrega de tecnologia de ponta para acompanhar a evolução do comportamento digital dos consumidores.

DIA DOS NAMORADOS

Gastronomia sofisticada na data especial

O amor será celebrado em grande estilo na próxima sexta-feira, 12 de junho, no restaurante Villa do Vinho Bistrô, que vai promover uma noite romântica e especialmente dedicada aos casais apaixonados.

Com uma proposta que une alta gastronomia, música ao vivo, ambiente intimista e uma decoração temática cuidadosamente elaborada para a data, Werter Bandeira e equipe prepararam uma experiência exclusiva, para transformar o Dia dos Namorados em uma ocasião inesquecível.

A programação será realizada em dois momentos distintos, permitindo que os casais escolham o horário que melhor se adequa à sua celebração. O Primeiro Tempo, das 18h às 20h30, contará com pocket show da cantora Janeth Rocha, enquanto o Segundo Tempo, das 21h às 23h30, terá apresentação especial do cantor Mário Filho, ampliando ainda mais o clima romântico da noite.

Cada detalhe foi pensado para proporcionar uma experiência sensorial completa, valorizando o romantismo e a convivência entre os casais: “Nosso objetivo é criar memórias afetivas por meio de uma experiência que combine boa música, bebidas para brindes especiais, gastronomia de excelência e um ambiente acolhedor. O Dia dos Namorados é uma data muito especial e queremos que cada casal viva uma noite única”, destaca o proprietário Werter Bandeira.

Decoração exclusiva e atmosfera romântica

Além das apresentações musicais, o restaurante ganhará uma ambienta-

ção temática especialmente desenvolvida para a ocasião. Cada mesa receberá uma decoração romântica personalizada, enquanto os espaços do bistrô serão transformados por um projeto visual elegante e sofisticado, reforçando o clima de celebração do amor.

Nosso objetivo é criar memórias afetivas por meio de uma experiência que combine boa música, bebidas para brindes especiais, gastronomia de excelência

Ilha gastronômica com menu especial

Um dos destaques da noite será a sofisticada Ilha Gastronômica Especial, com buffet premium, que permitirá aos convidados desfrutar de uma ampla variedade de sabores, servindo-se livremente durante todo o jantar.

Entre as opções de entradas e pratos frios estarão tábuas de queijos finos, antepastos especiais, ceviche de pescada, carpaccios clássicos e de salmão, brandade de bacalhau, delícias árabes, além de novidades como ces-

tinhas filo com queijo brie e mel trufado.

Nos pratos quentes, o cardápio reúne opções que harmonizam sofisticação e sabor. Pratos como penne trufado na manteiga de ervas, risoto de cogumelos, filé ao molho roti com ervas, camarão à provençal e salmão com redução de maracujá. E mais, sobremesa deliciosa a escolha, com três opções: petit gâteau de chocolate com sorvete de creme, pavlova com frutas vermelhas ou brigadeiro de Romeu e Julieta. O jantar com buffet premium terá valor de R\$ 350 por pessoa, incluindo toda a experiência gastronômica e bebidas não alcoólicas. As bebidas alcoólicas serão comercializadas separadamente, com condições especiais durante o evento. Como as vagas são limitadas, a recomendação é que os interessados garantam suas reservas com antecedência para assegurar participação em uma das noites mais charmosas e românticas do calendário gastronômico da Villa do Vinho Bistrô. Reservas e Informações – Villa do Vinho Bistrô: (98) 9961 4908.



FIQUE POR DENTRO

Publicado edital do Fies 2026 para o 2º semestre

Instituições de ensino têm até dia 15 para informar ao MEC a oferta de vagas do Fies para 2026, incluindo valores das mensalidades, critérios de reajuste e dados dos cursos

O Ministério da Educação (MEC) publicou, nesta segunda-feira, 8 de junho, o Edital nº 40/2026, para adesão de instituições de educação superior ao processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) referente ao 2º semestre de 2026. As mantenedoras interessadas deverão realizar todos os procedimentos necessários exclusivamente por meio do Sistema Informatizado do Fies (SisFies), no módulo FiesOferta, até 15 de junho.

As mantenedoras deverão preencher, para cada curso, turno e local de oferta, as informações sobre: os valores das semestralidades escolares dos períodos que compõem a formação; a forma de reajuste do valor do curso financiado; e a realização de processo seletivo próprio. Além disso, também deverão ser enviadas as propostas de oferta, observando a necessidade mínima de seis vagas por formação.

O termo de participação deverá ser assinado eletronicamente pelo repre-

sentante legal da mantenedora, utilizando a assinatura eletrônica disponibilizada no módulo FiesOferta, de acordo com o perfil de acesso identificado e exigido. Para a emissão do termo, serão utilizadas as informações do Cadastro e-MEC, cabendo às mantenedoras assegurarem a regularidade das informações que constam nele, bem como a sua compatibilidade com as informações presentes no FiesOferta, para a emissão do documento.

Nesta edição, considerando os resultados do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) de 2025, o Fies aplicará as medidas cautelares proferidas pelo MEC, conforme portarias regulatórias publicadas em março.

Enamed – O MEC e o Ministério da Saúde (MS) divulgaram, em janeiro deste ano, uma análise sobre o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2025, que é a modalidade do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)

para os cursos de medicina. De acordo com o estudo, dos 304 cursos de instituições públicas e privadas que participaram do exame, 204 alcançaram conceito 3 a 5 do Enade, considerados satisfatórios. As outras 99 formações obtiveram conceito Enade nas faixas 1 e 2 — menos de 60% dos seus estudantes apresentaram desempenho considerado adequado no Enamed — o que resultou em medidas cautelares a serem tomadas pela pasta.



SISU+

MEC libera consulta a vagas no ensino superior

DANIELA ALMEIDA
AGÊNCIA BRASIL

Os estudantes interessados em participar do SisU+ (a etapa complementar e inédita do Sistema de Seleção Unificada) já podem consultar as vagas disponíveis no programa, por meio do Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do SisU.

A plataforma permite consultar antecipadamente as vagas e filtrar cursos, instituições, estados e municípios, além de apresentar detalhes sobre modalidades de concorrência e ações afirmativas próprias das instituições de ensino.

Ao todo, aderiram ao programa 34 instituições públicas de educação superior. O SisU, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo democratizar o acesso ao ensino superior de instituições públicas que aderiram ao processo seletivo.

A etapa do SisU+ oferece eventuais vagas disponíveis para ingresso no segundo semestre.

Inscrições

Os candidatos que participaram de pelo menos uma edição do Enem nos últimos três anos precisam ter concorrido a vagas na etapa regular do SisU 2026 para poderem se inscrever no SisU+ no período de 15 a 19 de junho.

A inscrição no SisU+ também ocorre pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do SisU.

Após concluir essa etapa da inscrição, o candidato poderá escolher até duas opções de curso indicadas como primeira e segunda opção.

Em cada uma delas, o estudante

poderá visualizar o curso escolhido, o local de oferta, a instituição de ensino, o turno, o grau, eventuais ações afirmativas próprias da instituição (quando houver) e as modalidades de concorrência nas quais estará inscrito.

Seleção

O MEC explica que será usada a edição do Enem que resulte na melhor média ponderada, de acordo com a opção de curso e com os critérios para inscrição, classificação e seleção dos estudantes.

Para a seleção, o sistema do SisU considerará diferentes modalidades de concorrência, que levam em conta o perfil socioeconômico dos candidatos, de acordo com a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), e também de acordo com as ações afirmativas definidas por cada instituição.

Cronograma do SisU+

As inscrições ficam abertas de 15 a 19 de junho. No dia 24 de junho, ocorrerá a divulgação da única chamada regular com os nomes dos pré-selecionados, na página eletrônica do SisU.

Para quem precisar recorrer à lista de espera porque não está entre os pré-selecionados, o prazo para manifestação de interesse será de 24 a 26 de junho. O processo de matrícula para os selecionados na chamada regular começará a partir de 25 de junho, seguindo o edital de cada instituição pública de ensino.

Por fim, a matrícula dos convocados por meio da lista de espera terá início a partir de 1º de julho.

O que é o SisU+

O SisU+ foi desenhado pelo MEC para ser uma ferramenta mais eficiente para aperfeiçoar a seleção de candidatos para vagas no ensino superior.

O MEC projeta que o SisU+ seja usado em cursos tradicionalmente com alta rotatividade, nos quais o estudante é admitido mas desiste da vaga ou muda de curso, o que gera para as universidades públicas a necessidade da organização de sucessivas chamadas para preenchimento de vagas.

Com o SisU+, a instituição pode adotar a estrutura automatizada do SisU para rodar as listas de espera de forma mais rápida, garantindo que a vaga não fique ociosa. Outra vantagem apontada pelo MEC é a economia. As instituições de ensino que, paralelamente, realizam processos seletivos próprios, como vestibulares, para vagas com ingresso no segundo semestre, podem reduzir os custos administrativos e usar o sistema do SisU para seleção dos candidatos.

Nos cursos em que sobram vagas, como licenciatura, engenharias e demais áreas estratégicas que o país precisa desenvolver, o SisU+ pode ampliar o acesso a essas vagas porque centraliza o que antes ficava disperso em dezenas de sites de universidades diferentes.

Dessa forma, o processo seletivo complementar padroniza a disponibilização de vagas pelas instituições e facilita a consulta das oportunidades pelos estudantes.

ECONOMIA

Governo prevê aumento de etanol na gasolina de 30% para até 32%

ANDRÉIA VERDÉLIO
AGÊNCIA BRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou, nesta terça-feira (9), que submeterá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma proposta para elevar a mistura de etanol anidro na gasolina dos atuais 30% (E30) para até 32% (E32). A medida atende a uma demanda do setor de biocombustíveis e deve ser avaliada nos próximos 15 dias.

A declaração ocorreu após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, outros ministros de Estado e líderes de associações e empresários do setor, no Palácio do Planalto.

“Sabemos que podemos ir até E35, mas os estudos técnicos necessários para se avançar na mistura nos permitem ir até o E32. Foi uma reivindicação trazida hoje pelo setor”, disse Silveira.

De acordo com o ministro, a iniciativa faz parte da agenda de descarbonização e fortalecimento da segurança energética do país, impulsionada pela Lei Combustível do Futuro, que incentiva a produção e uso de combustíveis sustentáveis. Ele destacou que o aumento da mistura reduzirá a dependência externa do país, estimando uma economia de 450 milhões de litros de gasolina importada. “É segurança energética, é modicidade no preço do combustível, é descarbonização, é desenvolvimento nacional, é mais plantio, é mais emprego, é mais renda. São políticas públicas focadas no desenvolvimento do país”, afirmou Silveira, reforçando que a medida ainda minimiza as oscilações de preço dos combustíveis causadas por conflitos internacionais.

Representantes da indústria de biocombustíveis que participaram do encontro classificaram a reunião como muito produtiva e reforçaram o papel do etanol na segurança energética do país e na redução de preços ao consumidor. “Hoje, o litro do etanol custa em média R\$ 2,40 menos do que o litro da gasolina. Ou seja, um aumento da mistura de 2% vai trazer uma redução equivalente a essa para o consumidor”, explicou o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), Evandro Gussi.

Ele acrescentou que, nos últimos três meses, desde o início do conflito no Irã, a diferença de preço entre etanol e gasolina gerou uma economia de cerca de R\$ 2 bilhões aos consumidores brasileiros e evitou o gasto de R\$ 8 bilhões do país com importações de gasolina.

Sobre os debates em torno do comportamento dos motores com a nova composição do combustível, Gussi garante a viabilidade técnica da mudança e destacou que a mistura de 32% já foi testada com sucesso quando houve o aumento para 30%, em junho do ano passado.

Ainda, sobre a permanente demanda por etanol anidro no país e os impactos na produção agrícola, o presidente da Bioenergia Brasil, Mário Campos, afirmou que as políticas públicas estruturadas nos últimos anos impulsionaram o setor. Para este ano, ele projeta um acréscimo de mais de 4 bilhões de litros de etanol na produção. “Então, é uma oportunidade para o Brasil, para descarbonizar ainda mais a nossa matriz de transporte, e para o consumidor brasileiro é um excelente momento de, realmente, utilizar a tecnologia que ele tem no veículo e optar por etanol, que está mais barato do que a gasolina em diversas regiões”, disse Campos.

